



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 039

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MAIO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 187/2004, do Sr. Gilberto Cezar Pavanelli - Reitor da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 348/2004, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, encaminhando Prestação de Contas, com referência ao exercício de 2003, da gestão do Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas e do Sr. Caio Júlio César Brandão Pinto, durante os períodos de 01.01.2003 a 09.03.2003 e 10.03.2003 a 31.12.2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 140/2004, do Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira, Diretor Presidente da CODAPAR, encaminhando Prestação de Contas Geral, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 293/2004, da Sra. Lygia Lumina Pupatto, Reitora da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Relatório Anual, Balanço Patrimonial da Universidade, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 062/2004, da Sra. Maria Elizabeth Santiago Contreiras - Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando liberação de R\$100.00,00 (cem mil reais), referente ao Convênio celebrado entre o Ministério do Turismo e este Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/G039/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País nos dias 6 a 16 de maio próximo, com destino a Quebec-Canadá, para tratar de assuntos de interesse do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Sr. Aldair Tarcísio Rizzi, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, encaminhando Prestação de Contas sobre as atividades do Serviço autônomo Paraná Tecnologia, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 205/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Programa PNAC - PNAE - Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 206/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Programa PNAI - PNAE - Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/53/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

077/2004 - de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que institui o dia Estadual da Comunidade Polo-

nesa, a ser comemorado no dia 02 de maio de cada ano, o qual foi convertido em Lei nº 14.381. **Anote-se - Arquite-se.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR o Deputado Tadeu Veneri, para compor Comissão Especial de Investigação que irá acompanhar o andamento do projeto Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Ofícios:

OFÍCIO Nº 0125/2004

Curitiba, 10 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Ao cumprimentar V. Exa. respeitosamente, solicito o cancelamento da proposição alusiva à criação nesta Assembléia de uma frente Parlamentar Universidade para Todos, conforme consta de requerimento deste Deputado, subscrito por diversos Sr. Parlamentares, datado e aprovado pelo egrégio Plenário, a 3 de maio passado.

Tal cancelamento deve-se à necessidade constatada, *a posteriori*, de mais acurada avaliação de objetivos, com maior cautela, e maior clareza de propósitos - inclusive de membros da sociedade civil, que se dirigiam a este Parlamento intitulado-se representantes (*sic*) do Sr. Ministro da Educação.

Certo da costumeira compreensão e espírito público de V. Exa., paranaense ilustre que é, peço aceitar meus melhores cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 124/2004, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, até o dia 24 de maio de 2004.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

Comissão de Orçamento- Relator

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública da Comissão no dia 12 de maio próximo, às 20h00 no Plenarinho desta Casa, para discussão sobre a ampliação de vagas do EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente requerimento, facultado pelas suas prerrogativas legais e regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a destinação do Horário do Grande Expediente da Sessão Plenária da próxima terça-feira, dia 17 de maio do ano em curso, para os senhores Luiz Masaru Hayakawa, Diretor-Presidente do IPPUC e Nelson Leal Júnior, Secretário Municipal de Obras do Município de Curitiba, para exporem quanto ao projeto do Eixo Metropolitano de Transporte a ser implantado nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso de horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de maio, para a realização do Manifesto Contra o Abuso e a Exploração Sexual Infante - Juvenil, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CEDCA.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 31 de maio de 2004, das 10h30 às 13h30 para realização da Assembléia Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDJUS.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja designada a data de 07 de junho

de 2004, para a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Bartolomeu Lisboa, às 17 horas.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 121 (cento e vinte e um dias) para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 2004, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) CLEITON KIELSE

COORDENADORIA MÉDICA LAUDO MÉDICO

Aos dez dias do mês de maio de 2004, a junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo, concluiu achar-se o mesmo com CID.M. 48-3 e M 54.4, tendo lhe sido concedido 121 (cento e vinte e um) dias de licença para tratamento a partir de 10.05.2004 e término em 07.09.2004.

(aa) ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIB

Médico Chefe da Junta

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos Srs. Leopoldo Cunha Neto, Marcos Ribeiro, Romário de Oliveira, Edson Bastos, Salomão Tuma Neto, Alexandre Tuma, Luiz César da Silva, José Roberto Siqueira, Marcelo Gonçalves, Jorci Erivelto Pires, Pimpo Gamper, Crioulo Batista e à Equipe de Apoio da Garagem da Esperança, pela participação na cavalcada em homenagem ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, em agradecimento pela instalação das UTI's na Cidade de Ponta Grossa, que beneficiam toda a região dos Campos Gerais. A referida cavalcada iniciou-se na manhã de sábado, 08 de maio, partindo de Ponta Grossa pelas margens da BR 277 e com chegada a Curitiba na manhã desta segunda-feira, 10 de maio.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento aos participantes: Instituição Garagem da Esperança - Rua XV de Novembro, 439 - CEP 84010-020 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à Associação das Malharias de Imbituva pela realização da Feira de Malhas de Imbituva, ocorrida de 29 de abril de 09 de maio.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Geny Iarema - Presidente da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Souza Araújo, 330 - sala 02 - CEP 84.430-000 - Imbituva - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Irati, pela realização da 3ª Feira Iratiense do Kiwi, ocorrida de nos dias 7, 8 e 9 de maio.

Requer ainda, que se dê ciência a Sr. Antonio Toti Colaço Vaz - Prefeito Municipal, Sr. Luis Antonio Andressa - Presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Moreslau Kolicheski - Presidente da ASFRUTIR, através de correspondência a ser encaminhado à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Irati/PR.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Dr. Antonio Carlos Coelho Mendes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Valter Fernandes dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Diretor do Instituto de Criminalística de Londrina, Ilmo. Sr. Darci Dória de Faria.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Diretor Chefe da Divisão Técnica do Interior do Instituto de Criminalística do Paraná, Dr. Geraldo Gonçalves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

Observadas as atribuições constitucionais e regimentais, o Deputado que ao final subscreve, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a disponibilização do sistema INTRANET CELEPAR e INFOSEG para a Polícia Civil do Município de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica em razão de reivindicações da Polícia Civil do Município de Alto Paraná, que reclamam pela falta de acesso nos sistemas INTRANET CELEPAR e INFOSEG. Haja vista que, o acesso dos referidos sistemas é imprescindível para agilizar o trabalho da Polícia integrando-a ao acervo de dados criminais do país.

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, no interesse da população paranaense que em Curitiba, Capital do Estado, REQUER que seja oficiado ao DAC, um reestudo do custo das passagens aéreas, Curitiba/Foz do Iguaçu/Curitiba, visando

diminuir consideravelmente o custo deste trecho, por se tratar de preço abusivo, levando-se em conta as duas horas voadas entre ida e volta.

O trecho aéreo entre Curitiba/Foz do Iguaçu/Curitiba, é o mais caro do Brasil. Pelas asas da Varig, são 1286 reais. Pela TAM, o mesmo percurso custa 880 reais. Ida e volta somam duas horas de voo. Por que a discriminação no trecho paranaense? A afirmativa de que o voo é turístico, não procede. Pelo menos os brasileiros deveriam ter tarifa diferenciada, mais barata. Afinal, para ir a Buenos Aires e voltar, voando quatro horas e meia, a TAM cobra 510 reais. Comparativamente também, é mais em conta voar para outros destinos por uma hora, no Brasil, desde Curitiba. O preço abusivo prejudica o turismo de brasileiros em Foz do Iguaçu. Nossa sugestão é o encaminhamento de protesto ao DAC.

O abusivo custo das passagens aéreas no trecho Curitiba/Foz do Iguaçu/Curitiba, contrasta, em comparação aos roteiros Curitiba/Buenos Aires, ou Curitiba/Brasília, com o dobro de horas de voo e a metade do preço. A sugestão deste Deputado é por um amplo debate nesta Casa de Leis, pela autorização do DAC para que a companhia aérea Gol possa operar e instalar voo econômico neste trecho, a mobilização do Paraná Turismo e dos Deputados no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e tarifas a preços diferenciados para brasileiros.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

São muitos os paranaenses que, por motivos de negócios, por motivos familiares, e mesmo em temporada de férias, querem rever as belezas de Foz do Iguaçu. Fazem as contas, e mudam o roteiro, em função do preço abusivo. Perdem assim os hotéis, restaurantes, taxistas, comércio, enfim, toda a economia que gira em torno do turismo, gerador de inúmeros empregos e renda da cidade de Foz do Iguaçu.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades abaixo relacionadas:

- Ministro do Turismo, Dr. Valfrido Silvino Mares Guio, (Esplanada dos Ministérios, Bloco U - 2º Andar, CEP 70065-900);

- Brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado, Diretor do DAC, (rua Santa Luzia, 651 - Castelo - CEP 20030-40 - Rio de Janeiro/RJ);

- Major Valdemar de Paiva Júnior, Diretor do DAC, ((Rua Cícero Jaime Gleis nº - Angar nº 3 - Aeroporto Bacacheri, CEP 82515-230);

- Sr. Celso de Souza Caron, Secretário de estado do Turismo, (Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - CEP 80531-970);

- Sr. Joel Duarte, Presidente da ABAV/PR, (Travessa Nestor de Castro, 247 - CEP 80020-120);

- Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Presidente do Pró-Paraná, (Praça Carlos Gomes, nº 4 - CEP 80010-140);

- Deputado José Militão, Presidente da Comissão de Turismo do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, Térreo, Sala 5, CEP 70.160-900);

- Deputado Dobrandino da Silva, Presidente da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, (Praça Nossa Senhora da Salette s/n CEP 80530-911);

- Sr. Jorge Rosa Demiate, Presidente da Paraná Turismo, (Rua Deputado Mário de Barros, 1290 CEP 80.531-970);

- Sr. Êmerson Jabur, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba, (Rua Júlia da Costa, 164, CEP 80410-070);

- Sr. Luiz Martins Pereira, Presidente da VARIG, Av. Almirante Silvio de Noronha, 365 - Bloco C - 4º andar, CEP 20021-010/Rio de Janeiro-RJ);

- Sr. Luiz Antonio Rolim de Moura, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Foz do Iguaçu, (Al. Cecília Meirelles, 637 - Jardim Central - CEP 85.864-530 - Foz do Iguaçu-PR);

- Sra. Ivete Fagundes, Presidente das Associações Guias de Turismo do Paraná, (Rua Professora Olga Bauster, 2177 - CEP 82810-160);

- Sr. Celso Samis da Silva, Prefeito de Foz do Iguaçu, Rua Xavier da Silva, 660 - CEP 85851-180, Foz do Iguaçu-PR;

- Sr. Constantino Júnior, Presidente da Companhia Aérea Gol, (Rua Tamoios, 246 - Jardim Aeroporto - CEP 04630-000 - São Paulo - SP);

- Sr. Marco Antonio Bologna, Presidente da Companhia Aérea TAM, (Av. Jurandir, 856 - Jardim Ceci, CEP 04072-000 - São Paulo - SP).

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar o aumento do Quadro Efetivo da Polícia Civil com a contratação de delegado, carcereiro, policiais, cozinheiros e zeladoras no Município de Araruna, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Araruna, Renato Toaldo (Praça Nossa Sra. Do Rocio, 390 - CEP: 85280-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança

Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura para a Polícia Civil, do Município de Araruna, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Araruna, Renato Toaldo (Praça Nossa Sra. Do Rocio, 390 - CEP: 85280-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura para a Polícia Militar, do Município de Araruna, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Araruna, Renato Toaldo (Praça Nossa Sra. Do Rocio, 390 - CEP: 85280-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Marcelo Almeida, Diretor-Geral do Departamento de Trânsito, solicitando cópia do contrato realizado entre o DET-RAN e a Prefeitura Municipal de Curitiba, que possibilitou o atual sistema de fiscalização do trânsito na nossa Capital.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Lindslei da Silva Raska Rodrigues, solicitando informações sobre imóveis rurais que tiveram suas reservas legais compensadas em outros imóveis, constantes dos relatórios Anuais do IAP, editado em atendimento ao artigo 22 do Decreto/PR nº 387, de 02/03/99.

Informações específicas requeridas.

Da Propriedade:

Área, Município, nº de matrícula, data da averbação.

Da Reserva Florestal Legal da Propriedade:

Área, Município, nº de matrícula, data da averbação.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações a respeito dos repasses mensais no valor de R\$60.000,00 na forma de envio de medicamentos, materiais de limpeza, equipamentos, realização de obras, infra-estrutura, etc.

Solicitamos que sejam enviadas mês a mês, discriminando itens, quantidades e seus respectivos valores, desde o início dos repasses.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informar qual fonte forneceu os números utilizados no comparativo entre o Porto de Paranaguá e outros portos brasileiros, amplamente divulgada na mídia nacional na forma de matéria publicitária.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da matéria de abertura do editorial de Economia e Negócios da revista Época, de 10 de maio último, com relação à compra da Fazenda ARAUPEL por parte do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criado o Prêmio Estadual da Empresa Cidadã do Paraná, a ser concedido a empresas privadas e públicas que comprovem atuação e resultados na promoção da qualidade de vida no trabalho e na comu-

nidade, através de Balanço Social, nos termos da presente lei.

§ 1º - O Prêmio Estadual da Empresa Cidadã é concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - A participação no prêmio é facultada para empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, prefeituras municipais, autarquias, fundações, empresas de capital privado, cooperativas e órgãos não-governamentais, independentemente do número de empregados.

§ 3º - O Balanço Social é o instrumento pelo qual as empresas demonstram, através de indicadores, o cumprimento de sua função social pela promoção da qualidade de vida no trabalho e na comunidade.

Art. 2º- O Balanço Social, para efeitos deste Prêmio, compõe-se de:

I - perfil social dos empregados da organização;

II - padrão de atendimento utilizados para responder as cláusulas sociais do trabalho;

III - o montante de investimentos e esforços desenvolvidos para incluir dentre os objetivos empresariais novos valores que incentivem o desenvolvimento humano e a qualidade de vida de seus empregados e da comunidade;

IV - indicadores que comprovem o resultado das ações.

Art. 3º - Do Balanço Social deverá constar:

I - Perfil social dos trabalhadores da organização:

a) composição do quadro geral dos trabalhadores da organização;

b) número de trabalhadores permanentes, eventuais e terceirizados;

c) número de trabalhadores por sexo, idade, escolaridade e procedência;

d) número de trabalhadores por sexo e procedência em cargos de chefia (mulheres, pessoas portadoras de deficiência, negros);

e) tempo de trabalho e qualificação profissional dos trabalhadores;

f) inclusão de portadores de limitações ou comprometimentos físicos e intelectuais;

g) número de demissões e de admissões no período (perfil dos demitidos e dos admitidos);

h) composição familiar dos trabalhadores (número e idade dos filhos, número e idade dos membros da família);

i) distância em quilometragem entre moradia e trabalho;

j) tipo de moradia dos trabalhadores;

k) escolaridade dos filhos dos trabalhadores.

II - O padrão de atendimento às cláusulas sociais do trabalho será estabelecido mediante a avaliação da forma e montante dos gastos sociais da empresa com-

parados com a percentagem e a qualidade de cobertura que prestam a:

- a) alimentação, transporte, saúde, previdência e educação do trabalhador, dentre outros fatores;
- b) atenção aos filhos dos trabalhadores (creches, benefício-educação, etc);
- c) incentivo ao lazer, esporte e cultura dos trabalhadores;
- d) treinamentos e outras formas de desenvolvimento humano para o trabalhador e sua família.

III - Os investimentos e os esforços desenvolvidos para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida da comunidade incluem de forma discriminada, todas as iniciativas com vantagem fiscal e sem vantagem fiscal realizadas:

- a) no campo do esporte e da cultura;
- b) no meio-ambiente (incluindo a preservação do verde em praças, jardins e áreas de risco);
- c) para o apoio e desenvolvimento de crianças e adolescentes;
- d) para portadores de necessidades especiais;
- e) para segmentos específicos;
- f) para fortalecimento da cidadania;
- g) para melhorias urbanas no entorno;
- h) para colaboração com projetos comunitários.

Art. 4º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a cada biênio constituirá Comissão Especial, em parceria com organizações da sociedade civil ligadas ao meio empresarial, à avaliação da qualidade de vida, aos direitos humanos e sociais, do trabalho e da cidadania, para desenvolvimento do regulamento do Prêmio Estadual Empresa Cidadã do Paraná e classificação das empresas concorrentes.

Parágrafo Único - A Comissão terá representação dos vários partidos políticos e será composta também pelos presidentes das Comissões Permanentes.

Art. 5º - O Prêmio Estadual Empresa Cidadã do Paraná será atribuído a cada 2 (dois) anos em Sessão Solene da Assembléia Legislativa às empresas que apresentarem seu Balanço Social em tempo hábil para classificação.

Parágrafo Único - O Prêmio consistirá em certificado de reconhecimento ao exercício da responsabilidade social das empresas classificadas, devendo ser reconquistado a cada biênio.

Art. 6º - As organizações públicas, de qualquer natureza, concorrentes ao Prêmio, deverão publicar seu Balanço Social no respectivo Diário Oficial, por ocasião da inscrição ao mesmo.

Art. 7º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO e

DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

No mundo de hoje, não se pode negar que a geração de riquezas se dá, em grande medida, às expensas da natureza, com esgotamento dos ecossistemas; a essência humana encontra-se instrumentalizada, com competição sem tréguas entre países, classes e indivíduos; verifica-se escassez de água, aquecimento do planeta e esgotamento de fontes de energia; grande parcela dos povos sofre com a fome, a falta de educação e moradia, a violência e a ruptura da estrutura social e a guerra é o apelo crescente para a solução de conflitos.

Por outro lado, tornam-se evidentes um conjunto de pressões sociais e éticas sobre as organizações e emerge mundialmente o tema da Responsabilidade Social: há no mundo um bilhão de lares com televisores: governos, empresas e outras instituições estão submetidas a uma vigilância contínua; com a queda do Muro de Berlim mais de três bilhões de pessoas passaram a viver em economias de mercado e a ter expectativas com relação às empresas; no anos 90 uma grande quantidade de empresas estatais foi privatizada mas os benefícios não estão atingindo a todos; recursos públicos escassos, infra-estrutura precária e problemas sociais significativos impedem o crescimento dos negócios; carência de pessoal competente, dificuldades de expansão dos mercados e ambientes instáveis e inseguros são ameaças à estabilidade das empresas; verificam-se reações à riqueza absurdamente concentrada: 358 bilionários detêm a mesma riqueza que os 45% mais pobres da população mundial; surgem padrões internacionais obrigatórios no tratamento do ambiente e da força de trabalho; as empresas sofreram perda de reputação, não contam mais com respeito e confiança automáticos; estadistas mundiais têm promovido as parcerias entre governos, empresas e ONG's; emerge desta pressão uma cultura da cidadania e da solidariedade, da democracia e da participação; cresce a sensibilidade humana pelo outro, o cuidado perante a vida e a cooperação desinteressada; fortalece-se o projeto de justiça social e da democracia como bem universal; dissemina-se a cultura da ecologia integral, da responsabilidade pela sobrevivência do planeta e pelo futuro do ser humano.

A ação das organizações ganha forma principalmente em torno dos grandes temas: Ecologia e Meio Ambiente, Saúde e Bem-Estar, Diversidade e Direitos Humanos, Comunidades.

No Brasil, estamos ainda numa fase em que predomina a falta de articulação das experiências, a fim de se estruturarem como políticas públicas, para assim ganharem direção e força nas intervenções. Outro problema importante e, neste caso, extensivo às próprias políticas públicas governamentais, é a quase ausência da avaliação sistemáticas e metodologicamente adequada das intervenções. Como o que não é medido não é gerenciado e o que não é gerenciado não evolui, o que se tem com frequência é a descontinuidade das iniciativas quando esgotada a fase do marketing. Faz-se necessário, portanto, um tratamento diferenciado para a

questão, tanto do ponto de vista conceitual, como para a articulação da ação prática.

A responsabilidade social no meio empresarial possui dois grandes focos de atuação interdependentes:

1º - INTERNO à empresa, que é cuidar da qualidade de vida do seu trabalhador e, sua família, ou seja, deve satisfazer principalmente às necessidades sociais:

- a) fora do trabalho: habitação, saúde e educação; e
- b) dentro do trabalho: segurança e saúde ocupacional, qualificação profissional, uso do tempo e satisfação/participação.

As análises de avaliação, neste foco de atuação, devem responder sobre qual o nível de satisfação das necessidades sociais alcançado pelos trabalhadores e suas famílias, sobre qual é o índice de produtividade social e, finalmente, sobre a direção e a força de impacto da qualidade de vida do trabalhador no faturamento das organizações (produtividade no trabalho). É importante salientar que as organizações que “cuidarem bem da sua casa”, ou seja, com prioridade à qualidade de vida do seu trabalhador, estarão em força e direção positiva, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da comunidade ou região em que estejam espacialmente inseridas. Porque, em primeiro lugar, o trabalhador e sua família fazem parte da comunidade - em cuja população, não raro, são proporcionalmente predominantes - além de se constituírem em empregos indiretos que, em última instância, pela lógica do processo produtivo, gerarão renda e consumo para satisfazer às necessidades sociais de outras famílias. E, em segundo lugar, porque a organização que possua a prática social interna, com certeza estará mais apta para conquistar a responsabilidade externa.

2º - EXTERNO à empresa, que é proteger o meio ambiente e praticar ações sociais (esforços financeiros e humanos/voluntariados) que venham a melhorar a qualidade de vida da comunidade, nas mais diferentes áreas de necessidades sociais, desde as mais primárias - alimentação, habitação e saúde - até as secundárias, como à educação, segurança, previdência, transporte e lazer.

As avaliações neste foco de atuação, devem medir se os objetivos e metas propostos pelos projetos ou programas ambientais/sociais foram alcançados. O enfoque deve ser o do conjunto das partes interessadas (governos, investidores, trabalhadores, comunidade). O objeto da ação deve ser a melhoria da Qualidade de Vida fora e dentro do trabalho, através da identificação de desafios e oportunidades para sua promoção. A Qualidade de Vida deve ser avaliada, medida, para que os resultados da ação possam ser gerenciados. A medição deve focar o impacto na produtividade empresarial e social. A ação deve desenvolver-se em rede com corte de política pública. Tem que estar presente a promoção do debate de idéias com o envolvimento de todas as partes e com a exploração das experiências, num esforço de sensibilização para o tema. Deve-se focar a constituição de parce-

rias ou associações, com adesão a programas ou institutos em igualdade de condições de todos os participantes.

Uma premiação como a proposta no presente projeto de resolução, servirá como mais um estímulo para a participação das empresas, pondo em destaque o papel do Poder Legislativo frente à questão e engajando-o, de forma pioneira entre as Assembléias Estaduais, na causa da responsabilidade social das empresas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 166/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM) com sede e foro em Pontal do Paraná, Estado do Paraná, Balneário Shangri-lá, sito à Rua Corais, 395.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho - Educação Infantil e Ensino Médio, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos.

A APM tem por finalidade integrar a família dos educandos, aprimorar o nível sócio-cultural da comunidade, oportunizando a participação no trabalho e na solução de problemas da escola promovendo o bem-estar integral dos estudantes.

Tendo a competência de planejar e executar programas de caráter sócio-educacional que envolva a família do educando e a escola, distribuição de materiais doados por terceiros e alunos com devida documentação, prestando assim, assistência material aos alunos carentes.

PROJETO DE LEI Nº 167/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis*, e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17 de julho de 1992, com precatórios de natureza alimentícia.

§ 1º - Ficam habilitados, a serem beneficiados pelo disposto no *caput* deste artigo, os portadores titulares de precatórios de natureza alimentícia decorrente de salários, vencimentos, proventos, honorários advocatícios, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

§ 2º - O precatório de natureza alimentícia, para fins de pagamento, deverá ser expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, não podendo sobre aquele haver pendência e recurso judicial, com efeito suspensivo, em favor da Fazenda Estadual.

§ 3º - O precatório de natureza alimentícia terá seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do pagamento, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

Art. 2º - O requerimento para o pagamento será protocolado na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até cinco dias contados desse protocolo, indeferi-lo, fundamentalmente, e tão-somente em virtude de vício formal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar ao portador titular de precatório de natureza alimentícia a possibilidade de pagar, com os mesmos, o Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17 de julho de 1992.

Sabedores que inúmeros detentores de precatórios de natureza alimentícia encontram-se com enormes dificuldades de receberem os referidos créditos, encontramos, nesta proposição, uma possibilidade de o titular do precatório ser ressarcido de alguma forma.

Existem credores de precatórios de natureza alimentícia que não têm condições financeiras para arcar com o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, e a aprovação do presente plano de lei será um modo de possibilitar a regularização desse incômodo problema.

PROJETO DE LEI Nº 168/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual através da Secretaria de Estado da Educação, a instituir a Disciplina de Educação Ambiental no ensino Público do Paraná.

Art. 2º - O ensino de Educação Ambiental nas escolas da rede pública estadual deverá ter início no ano letivo de 2005.

Art. 3º - Os recursos necessários para o cumprimento desta lei serão consignados no Orçamento do estado mediante proposta orçamentária.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Em 1969 aconteceu na Inglaterra, a Conferência sobre a educação quando se recomendou fundar a Sociedade para a Educação Ambiental e a partir de abril do mesmo ano, especialistas criaram o Grupo de Roma. O grupo publicou o livro "Os Limites do Crescimento", denunciando que o crescente consumo levaria a humanidade a um possível colapso.

Quatro anos depois, em Estocolmo, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente, visando estabelecer uma visão global da necessidade da preservação e melhoria do ambiente humano, gerando uma Declaração que sugeria aos governos a formulação de um Plano Mundial de Educação Ambiental.

Em 1975, Belgrado sediou a Conferência da UNESCO de Educação Ambiental, formulando orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, salientando que a EA deve ser contínua, multidisciplinar e integrada às diferenças regionais. Era a Carta de Belgrado.

No Estado da Geórgia, durante a primeira Conferência Intergovernamental organizada pela UNESCO aconteceu o ponto de partida para um programa internacional de Educação Ambiental.

Valemo-nos desse breve histórico sobre o andamento das iniciativas para a criação da disciplina de Educação Ambiental, para enfatizar junto às Sras. e Srs. Deputados, a necessidade da urgência do acréscimo da matéria à grade escolar paranaense.

Com certeza, a atual geração, que já mostra contagiante sensibilidade quanto às questões ambientais, haverão de, com o devido preparo técnico e pedagógico, transferir para os seus herdeiros, uma realidade ambiental consoante à melhoria das condições de vida por todos nós almejada.

PROJETO DE LEI Nº 169/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os supermercados do Paraná, com mais de seis operadores de caixas, a contratar empacotadores.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada por ato do Executivo no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos supermercados do Paraná não mantêm empacotadores para auxiliar os operadores de caixas, fazendo com que consumidores tenham que embalar os produtos adquiridos.

Por outro lado, muitos exigem dos próprios operadores de caixas que realizem o trabalho de empacotar os produtos comprados pelos consumidores, gerando sobrecarga de trabalho.

E mais, com a obrigatoriedade de contratação de empacotadores, serão gerados novos empregos, portanto, de elevado alcance social o projeto.

A contratação dos referidos profissionais ampliará também o conforto dos consumidores que pagarão por um produto e serviço que serão completos.

Para que não se alegue vício de competência do Poder Legislativo Estadual deve-se ressaltar que está dentro dos limites do artigo 53 da Constituição Estadual.

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23, da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;”

Constituição Federal - “Artigo 24. Compete à União aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo.”

O artigo 23 da Constituição Federal prevê:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo reintegração dos setores desfavorecidos;”

Portanto, na forma da Constituição Federal e Estadual, é competência do Poder Legislativo Estadual dispor sobre a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 170/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica transformado o Pelotão da Polícia Militar de Castro em Companhia, com conseqüente aumento de efetivo e demais estruturas.

Art. 2º - Caberá à Companhia da Polícia Militar de Castro combater a criminalidade, realizando o policiamento ostensivo em toda a região daquele Município, com competência nas seguintes cidades de Carambeí, Piraí do Sul, Jaguariáiva, Arapoti e Sengés.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Cabe salientar que a criminalidade em nosso Estado e em especial na região de Castro, encontra-se crescendo assustadoramente nos últimos anos, enquanto que o Efetivo não vem acompanhando o crescimento da população e o crescimento do número de delitos. Atualmente o Pelotão de Castro conta com 88 policiais militares para desempenharem suas funções e atender não só Castro como também Carambeí, Piraí do Sul, Jaguariáiva, Arapoti e Sengés, de forma que a segurança pública certamente resta comprometida em função do pequeno efetivo de policiais à disposição daquela região. Cabe ainda esclarecer que dos 88 policiais, seis encontram-se em gozo regulamentar de férias, dois em licença especial, dois realizando cursos, restando-nos a conclusão que aproximadamente 15% do Efetivo não está disponível para o trabalho, o que, por conseqüência, traz novamente um desfalque à segurança daqueles locais.

Ademais, conforme levantamentos em anexo, o número de policiais por habitantes naquelas regiões já não está mais adequado, uma vez que a população cresceu significativamente, bem como o número de veículos cadastrados, que por conseqüência acaba por influenciar o número de ocorrências de acidentes com mortes, acarretando um aumento também no atendimento realizado pela Polícia Militar.

Nestes termos, justifica-se o presente projeto de lei que transforma o Pelotão da Polícia Militar em Companhia.

PROJETO DE LEI Nº 171/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Vale-Turismo, mediante reconhecimento de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ou de compensação de créditos oriundos de outros tributos estaduais, de valor correspondente, no máximo, à metade do abono de férias pago pelo empregador ao empregado, para utilização na rede hoteleira e de bares e restaurantes do Estado do Paraná, vedada a transferência de titularidade do crédito a qualquer título.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Turismo disciplinará a emissão e distribuição dos vales e será destinatária do produto de sua arrecadação, na forma disciplinada no orçamento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º - Em qualquer hipótese, a empresa se obriga ao cumprimento de metas de emprego e não poderia usar os incentivos em programas de demissão.

Parágrafo Único - Os incentivos mencionados estão condicionados à manutenção, por parte da empresa beneficiada, da média do número de postos de trabalho existentes nos seis meses anteriores à solicitação dos mesmos, e deverão ser mantidos por no mínimo um ano após a concessão.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias a contar da data da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Pesquisas de mercado avaliam a tendência de expansão em seus negócios de empresas ligadas à prestação de serviços e turismo. Nosso Estado possui inúmeros atrativos naturais que necessitam de estímulos para o desenvolvimento da atividade turística.

O presente projeto tem por objetivo estimular o turismo interno no nosso Estado. As empresas podem conceder um vale-turismo a seus empregados até o limite de 50% do abono de férias, podendo descontar o mesmo valor como créditos de ICMS ou outros tributos estaduais. Trata-se de uma compensação de créditos, não um incentivo. Não há uma renúncia fiscal, podendo ocorrer inclusive o adiantamento do recolhimento de tributos das empresas que pretendem conceder o benefício. Elas compram do Estado o vale-turismo, mas compensam os créditos mais tarde.

Esta injeção na atividade turística, (na rede hoteleira, e de restaurantes, bares e similares), certamente incrementará o crescimento do setor, gerando empregos e investimentos, além de estimular o turismo dos paranaenses para os paranaenses.

Face ao exposto, clamo o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis, pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, companheiros aqui presentes, é com imensa satisfação

que estamos acabando de chegar aqui, com destino ao Palácio Iguaçu. Saímos no sábado, de Ponta Grossa, com o objetivo de chegar em Curitiba, para fazer um agradecimento. Há um ano atrás reclamamos nesta mesma tribuna a falta de UTI's que morriam pessoas diariamente nas UTI's na Cidade de Ponta Grossa. Mas para alegria nossa, depois de fazermos vários pronunciamentos nesta Casa, depois de vários pedidos, depois daquela caminhada maravilhosa idealizada pelo Vereador Leopoldo Cunha Nascimento, a quem nos associamos, o resultado veio de imediato.

O Governo do Estado aumentou em Ponta Grossa os leitos de UTI's, de dezoito para quarenta e seis. Hoje, registramos com alegria que o número de pessoas, que precisam de uma UTI não é mais aquele desespero, que acontecia em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Hoje, as UTI's estão colocadas nos diversos hospitais de Ponta Grossa, as melhorias no Hospital Pronto Socorro e no Hospital da Criança, transformando o Hospital Municipal em Hospital Regional, que foi um compromisso de campanha do Governador Roberto Requião.

Sr. Presidente, temos divergências em alguns pontos com o Governo do Estado, mas, no que se refere à saúde, nós temos que agradecer. Por isso, o Vereador Leopoldo, eu e mais um grupo de amigos resolvemos fazer uma viagem de agradecimento. Tivemos a coragem de sair no sábado, pela manhã, às 10h30min. de Ponta Grossa, acompanhados por ilustres pessoas do povo, simples, humildes, tradicionalistas e cavaleiros, até Curitiba, aonde chegamos pela manhã, por volta das 11h30min. Foi uma cavalgada difícil e complicada. Para os nossos tradicionalistas que estão conosco, aqui, à tribuna, davam risadas na estrada, porque estão acostumados a cavalgar, mas, para mim, que sou um cavaleiro de dez minutos, de fim de semana, foi um "Deus me acuda". Conseguimos vir de lá até aqui, montados em nossos cavalos. Acho que cumprimos nosso compromisso, porque todo mundo tem o costume de pedir, mas poucos voltam para agradecer. E nós queremos, neste momento, mostrar com nosso gesto, que a Cidade de Ponta Grossa, que os Campos Gerais sabem pedir, mas também sabem agradecer. E esta é a intenção nossa, a intenção do povo de Ponta Grossa, dos Campos Gerais. O sofrimento que tivemos nesta viagem tem uma gratificação muito grande: o fato de que o governo resolveu o problema que há muitos anos não se resolvia. De dezoito passou-se para quarenta e seis UTI's. Isto é motivo de alegria. Prova que lutar vale a pena, que nossos discursos, nossas cobranças, nossa caminhada, que nosso sofrimento está aqui resolvido.

Então, quero aqui registrar meu agradecimento ao Secretário Plauto Xavier, que de forma espetacular nos atendeu, fez acontecer e a saúde de Ponta Grossa, hoje - que era uma das piores no Paraná - já melhorou bastante. Temos a satisfação de dizer que dobramos, quase triplicamos o número de leitos na nossa Cidade.

Aqui, também, uma homenagem ao nosso Ministro da Saúde: é preciso agradecer ao nosso Ministro da

Saúde, porque fomos a Brasília, junto com o Secretário Plauto Xavier, junto com o Prefeito Péricles, numa comitiva de Deputados de Ponta Grossa, do Paraná e dos Campos Gerais. E, naquele dia, o Ministro disse: “Está autorizado a aumentar a capacidade de UTI’s em Ponta Grossa”. Quando veio a autorização de aumento, imediatamente o Governo tomou providências e resolveu o seu problema.

Então, fizemos esta cavalcada numa única intenção: agradecer ao Ministro, ao Secretário Xavier, ao Governador. E agradecer aos Deputados, que sempre estiveram conosco nesta luta pelas UTI’s, aos companheiros que apoiaram esse voto de congratulações ao Governador, ao Ministro e também ao Secretário Xavier. Para nós é motivo de orgulho e satisfação.

Por isto, Sr. Presidente, nesta tarde, estamos apresentando um requerimento em que nós nos congratulamos com os companheiros: Vereador Leopoldo Cunha Neto, atuante. Não somos companheiros políticos; somos adversários, mas somos companheiros e amigos de Ponta Grossa! Quando precisamos nos unir, nos unimos pelo bem da Cidade. E é isso o que precisamos fazer também no Paraná: brigar, divergir, mas quando tivermos que nos unir pelo bem do Paraná, tem que acontecer essa união.

Quero agradecer também aos demais companheiros: Marcos Ribeiro, Romário de Oliveira, ao Edson Bastos. Esse cidadão é quase um vovô: 65 anos de idade, cavalcou conosco o tempo inteiro, em cima de sua mula e merece nossa homenagem. É um cidadão doente, com problemas de saúde, e que veio mostrar que ele também está satisfeito. Ele foi o chefe da nossa caminhada, da nossa cavalcada até Curitiba. Então, nossa homenagem ao Edson Bastos, o “gordo”, como nós o chamamos que com 65 anos de idade, com 140 ou 150 quilos, doente, veio até aqui e cavalcou conosco.

Agradecer, também, ao Salomão Tuma Neto, ao Alexandre Tuma, Luiz César da Silva, José Roberto Siqueira, o Marcelo Gonçalves, o Jorci Erivelto Pires, o Pimpo Gamper, que veio de moto, dando apoio; ao Crioulo Batista, nosso companheiro; e toda a equipe da Garagem da Esperança, que fez todo o apoio com ônibus, acompanhando, preparando o acompanhamento. Nós viemos parando, em ritmo de tropeiro.

Olha, como devia sofrer um tropeiro há uns 50 anos atrás ou mais! Andavam mil, dois mil quilômetros, sem estrutura nenhuma, no lombo de um mula, carregando o progresso do nosso País.

Então, quero aqui registrar este agradecimento, registrar este carinho aos companheiros, aos caminhoneiros, o povo que passava na rodovia e nos cumprimentava buzinando, ligando pisca alerta, parando, ao próprio Prefeito que na chegada aqui nos recebeu, Prefeito Péricles que veio aqui cumprimentar a nossa equipe, cumprimentar também o Vereador Kovalski, que nos aplaudiu durante a caminhada, enfim a todos aqueles, a imprensa que divulgou e está divulgando esse episódio.

E nós queremos dizer que Ponta Grossa é assim, Ponta Grossa é rebelde, Ponta Grossa é cívica, Ponta Grossa revive as suas tradições, Ponta Grossa protesta, Ponta Grossa quer ser ouvida. Os Campos Gerais querem estar presentes, os Campos Gerais por intermédio de seus representantes, eu e o Deputado Plauto estaremos sempre brigando pelos interesses da nossa Cidade, da nossa região. Mas também quando houver a necessidade de protestar, vamos protestar. Mas quando o Governo nos atender, nós vamos mostrar que a nossa Cidade, de rebelde passa a ser solidária, que sabe agradecer, que sabe o que representa dobrar quase triplicar o número de vidas que são salvas, graças às UTI’s colocadas em Ponta Grossa.

As divergências vão existir entre mim e o Governador, não tenha dúvida. Mas, quando fizer coisas boas, ele vai ter o nosso apoio. Sempre tenho dito aqui que essa postura nossa é uma postura que, quando faz coisa boa, nós elogiamos, quando entendemos que não está certo, criticamos. Somos independentes, temos alegria de poder pensar desse jeito. O dia que a coisa é boa nós elogiamos, quando não concordamos, protestamos.

E, finalizando, agradecer todos os nossos companheiros dessa cavalcada, especialmente ao Leopoldo, nosso Vereador, a este velhinho de 65 anos, o Gordo, 150 quilos, pressão alta, que viajou o tempo inteiro em cima dele.

E, se quiser, Gordo, aquela mula, a hora que você subir lá para cima, para o céu, deixa ela para mim; eu vou ficar muito feliz, porque ela é muito boa. Muito obrigado!

Sr. Governador quando fizer coisa boa, quando respeitar a nossa cidade, V. Exa. terá o sacrifício, terá a luta, o reconhecimento e terá o carinho do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Aproveitar também aqui para cumprimentar pelo aniversário do nosso colega, amigo, Deputado Duílio Genari os nossos parabéns em nome de todos os nossos companheiros Parlamentares.

Horário das Lideranças: PL, PSL

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Jornal do Estado traz hoje uma manchete aqui que diz: “Bingo tira polícia das ruas e capital tem um fim de semana mais violento do ano. Enquanto viaturas vigiavam casas de jogos, houve quinze mortes com armas de fogo e agressões físicas em Curitiba, e na Região Metropolitana.” Na verdade não são quinze, não! Só neste final de semana a minha assessoria fez um levantamento no IML, só ali neste final de semana, 22 corpos passaram, Sr. Presidente, 22 corpos! 16, por homicídios; 3, morreram no trânsito; 2, suicídios e 1, afogamento. Setenta e

cinco carros foram roubados neste final de semana; 25 foram tomados de assaltos.

Então fizemos um levantamento no IML, de janeiro até o dia 06 de maio, Srs. Deputados que militam mais especificamente aqui em Curitiba, 269 corpos passaram pelo Instituto Médico Legal de Curitiba, sendo, 220, por armas de fogo; 35, por armas brancas; 14, por asfixia, agressão física. Enfim, são números preocupantes, números assustadores.

Não quero discutir aqui a questão do bingo. É outro tipo de discussão. O que temos que levantar aqui é a questão da falta de segurança em Curitiba e na Região Metropolitana. E na nossa opinião, tenho certeza que na opinião de todos os Deputados desta Casa, é preciso haver uma resposta do Governo do Estado para esses números, e números a gente não inventa; número é realidade. Então, proporcionalmente Deputado Neivo Beraldin, em termos de população, Curitiba é muito mais violenta que São Paulo e Rio de Janeiro. Vejam a que ponto nós nos encontramos!

Sabemos também que a questão da violência é em todo o País. Não negamos isso, não, a violência é em todo o Brasil...

O Sr. Neivo Beraldin

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. faz um pronunciamento mais que oportuno, retrata e relata que a nossa Capital, o nosso Paraná hoje talvez sejam um dos Estados e uma das Capitais mais violentas deste País.

Há pouco tempo atrás eu tomei o cuidado de fazer uma pesquisa comparativa de investimentos entre o Paraná e Santa Catarina, em relação à Segurança: constatei que para cada quatro viaturas que tem Santa Catarina para a Segurança Pública, nós temos uma viatura; a cada quatro homens que tem a Segurança Pública em Santa Catarina, nós temos um no Paraná.

E nós vamos verificar logo mais, quando formos analisar o Orçamento executado em 2002, que não houve ampliação de despesas com Segurança. Portanto, é evidente que o Governo não tem olhado com o mesmo carinho que tem olhado a despesa que tem feito com publicidade e propaganda. Deu um benefício, a tarifa mínima da SANEPAR, mas gastou infinitamente mais dinheiro em publicidade e propaganda para divulgar esse benefício, sendo que a população, quando recebe o benefício, é grata por si só, porque tem um bom trabalho. Deu um benefício da COPEL, mas gastou infinitamente mais o benefício em publicidade e propaganda.

V. Exa. está de parabéns.

O Sr. Geraldo Cartário

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. Deputado Luiz Carlos Martins, tem um minuto para encerrar seu pronunciamento!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Trinta segundos para o Deputado Geraldo Cartário, e trinta segundos para mim.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Luiz Carlos Martins, visto que a Presidência está cerceando o direito de nos manifestarmos por mais de trinta segundos, resta-me apenas lhe cumprimentar e dizer que sobre esse assunto V.Exa. deve se inscrever no Grande Expediente, pois é um problema que hoje está em todos os Municípios do Paraná, porque não existe efetivo da Polícia Civil. Não é um problema do atual Governo, talvez de tantos e tantos que foram Governo, e enquanto não tivermos um recurso destinado, ou seja, um dinheiro carimbado para a Segurança, nós não vamos ter segurança em lugar nenhum.

No caso da Comarca de Fazenda Rio Grande, que tem hoje cento e vinte mil habitantes, os profissionais da Polícia Civil, qualificados, não chegam a cinco.

Aí está a resposta pelo que V. Exa. está levantando.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Só para encerrar, Sr. Presidente, só para deixar essa questão no ar, e a Assembléia não pode ficar calada diante disso, o Deputado Neivo até lembrou a propaganda e isso é preocupante, o Jornal do Estado também traz: "Comercial de tarifa social de água mostra família falsa!

Quer dizer, eu estava imaginando que aquela família no comercial da SANEPAR era verdadeira e foram atores contratados para fazer aquele comercial, com certeza, o Governador Roberto Requião, que entende muito bem disso (ele entende de propaganda, de mídia) não sabe esse pessoal foi contratado para fazer essa propaganda. Conhecendo o Governador, ele não está sabendo disso, que esses atores foram contratados para fazer a propaganda, igual àquela do Governo Federal do Presidente Lula, que era só....

O Sr. Elio Rusch

Permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Elio Rusch, o nosso Presidente já teve uma grande boa vontade com todos nós aqui.

Obrigado, Sr. Presidente! Ficam esses pontos para nossa reflexão e uma resposta por parte do Governo.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor Presidente.

Gostaríamos de agradecer a presença do Vereador Ponciano Abreu, de Canta Galo, radialista, um excelente Vereador, que nos enaltece com a sua presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Seja bem-vindo a esta Sessão e, em nome da Assembléia, agradecemos a visita!

Consulto as Lideranças do PPS, PSB, PTB, PP se farão uso do seu horário.

(Declinam).

Consulto a Liderança do PFL, se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna no dia de hoje, para trazer aqui um esclarecimento e uma informação a todos os Deputados Estaduais desta Casa sobre uma questão que, em torno de cinco meses atrás, trouxemos à discussão na tribuna desta Casa.

Tudo aquilo que nós trouxemos da ilegalidade que estava acontecendo na transação entre o INCRA, o Governo Federal e a Fazenda ARAUPEL acabou sendo essa negociação denunciada por uma das grandes revistas de circulação nacional na sua última edição.

O título da matéria da revista diz assim: “Pedrada na vitrine”.

(Lê):

“Sob suspeita de superfaturamento, o maior projeto do governo Lula para a reforma agrária é contestado por técnicos do INCRA.

O maior investimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reforma agrária está se configurando um desastre. A compra da Fazenda ARAUPEL, no Paraná, anunciada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, em outubro de 2003, é condenada por relatórios, pareceres e laudos assinados por técnicos do próprio Governo Federal. As suspeitas vão do superfaturamento na compra da propriedade à incrível possibilidade de a União estar prestes a pagar por uma área que já seria sua desde 1940.

O Procurador Federal Revalino de Souza descobriu que o Governo Getúlio Vargas incorporou ao patrimônio da União uma faixa de terra que contém a Fazenda ARAUPEL. A área de 25 mil hectares, foi tomada para a quitação de uma dívida não paga pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, antiga proprietária das terras. Anos depois, o Governo do Paraná devolveu a área à empresa. Segundo o parecer do procurador, a decisão foi ilegal, uma vez que um Estado não poderia dispor de terras da União. Essa interpretação foi ratificada por outros pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU).

Outros documentos mostram que o preço de R\$132 milhões acertado pelo INCRA com os donos do imóvel é bem maior que o real valor da terra e das benfeitorias. Em meio ao processo administrativo e compra, que já soma 1.700 páginas, um dos documentos que mais chamam a atenção é o cálculo do valor das benfeitorias. Embora devesse ser produzido por funcionários do INCRA, foi elaborado por um perito terceirizado, Roberto Pedro Bom. Detalhe: Pedro Bom já trabalhou como engenheiro florestal para empresa, uma das maiores madeiras do país.

Para vender a fazenda, a ARAUPEL avaliou a área de reflorestamento em R\$ 76 milhões. Mas um laudo contábil para uso interno da empresa avalia a mesma madeira em R\$11,8 milhões. Essa diferença levou o coordenador-geral Agrário do INCRA, Carlos Valadares, a recomendar a anulação do negócio dois meses depois do anúncio da compra. “Trata-se de suspeita de crime, seja de sonegação fiscal, seja de declaração falsa”, afirma em relatório anexado ao processo administrativo de aquisição.

Um terceiro laudo, independente, feito pela Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, estima em R\$ 11,4 milhões o valor da madeira. Também causa estranheza o fato de 74% da área ser de preservação ambiental, impedindo sua efetiva utilização para fins de reforma agrária. São hectares e mais hectares de Mata Atlântica e áreas de reflorestamento.

A compra impressionou o MP também pela rapidez das negociações. No dia 13 de outubro, a ARAUPEL apresentou a propaganda de venda da fazenda por R\$ 143 milhões. Oito dias depois, Rossetto, o Governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), e o presidente do INCRA, Rolf Hackbart, anunciaram a compra por R\$ 132 milhões. Pelo acerto, o governo federal pagaria os R\$ 69 milhões das benfeitorias em dinheiro, enquanto a terra em si - avaliada em R\$ 63 milhões - seria quitada com Títulos da Dívida Agrária. A aprovação do negócio foi registrada em ata. Apesar de a compra ainda não ter sido sacramentada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário reserva R\$ 70 milhões para o negócio na rubrica “restos a pagar” de seu orçamento.

Como se ainda fosse pouco, há também uma penca de laudos técnicos condenando a viabilidade da compra. Num parecer de 5 de novembro, dez engenheiros agrônomos do INCRA criticaram a falta de estudos que mostrem como será possível assentar 1.500 famílias de forma sustentável no imóvel. Os dez técnicos afirmam também que não faz sentido a compra de terras com mata nativa e áreas de reflorestamento. “Citamos ainda os projetos de assentamento ‘Marcos Freire’ e ‘Irene Alves’, criados em área contígua e com cobertura florestal idêntica à do imóvel em análise, e que atualmente são exemplos negativos de uma reforma agrária feita sem critérios técnicos e administrativos, em que ainda se cometem gravíssimos delitos ambientais, sendo o INCRA penalizado com vultosas multas”, comparam.

Os assentamentos a que os técnicos se referem foram inaugurados em 1997 e 1999. Fruto de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam uma área de 26 mil hectares, onde vivem hoje 1.500 famílias. Entre 1997 e 2000, cerca de 16 mil hectares de Mata Atlântica foram devastados nos assentamentos. A organização não-governamental SOS Mata Atlântica estima que tenha sido o maior desmatamento desse tipo de vegetação nos anos 90. Como não é cadastrado na Receita Federal, o MST não tem como ser responsabilizado pelos danos e obrigado a pagar as multas ambientais que somam R\$3 milhões.

O projeto de assentamento da Fazenda ARAUPEL foi anunciado como algo inovador ao prever a gestão compartilhada entre o INCRA, os governos estadual e municipal e as famílias beneficiadas. Todos os futuros assentados já vivem na fazenda desde 1999. Há dois anos, a Justiça determinou a retirada das famílias. Como o Governo do Paraná descumpriu a decisão seguidas vezes, o STJ decretou intervenção federal no Estado em julho de 2003. A decisão foi ignorada pelo Palácio do Planalto, que quer fazer do maior assentamento do país o modelo do governo Lula.

O diretor-executivo do INCRA, Roberto Kiel, informou que o preço da fazenda está sendo reavaliado. Afirma também que agora a Procuradoria Jurídica do órgão aprofundou a pesquisa dos títulos de propriedade da fazenda. “Teremos um resultado ainda neste mês”, prevê. O diretor administrativo da ARAUPEL, Luiz Roberto Ceron, discorda do parecer da AGU: “Temos o título de propriedade, que é que importa”, afirma. Segundo Ceron, a empresa só está disposta a vender parte da fazenda em razão das seguidas invasões do MST na área. Desde 1995, o movimento tem invadido sistematicamente a fazenda de Quedas do Iguaçu e causado prejuízos com a exploração da área e furtos de produtos produzidos pela empresa, como sacas de soja. O MST afirma que a fazenda é improdutiva.”

E assim em diante, esse relatório e essa matéria feita pela revista traz questões de que o Movimento Sem-Terra invadiu áreas e acabaram sendo assentadas em áreas de preservação do meio ambiente, aonde ali fizeram com que elas acabassem sendo destruídas.

Sr. Presidente, vou passar à Mesa para que registre nos Anais esta matéria, que traz claramente a denúncia do superfaturamento da compra da fazenda ARAUPEL pelo Governo Federal, através do INCRA, onde mostra tudo aquilo que no passado foi denunciado.

Pior do que isso, o Governo Federal está comprando terras que já são, uma boa parte, da União. E, há cinco meses atrás, denunciemos aqui desta tribuna, que o Governo estava cobrando as terras que já eram de sua propriedade.

É alarmante, e os valores são significativos. Uma bagatela a mais que está sendo pago, de acordo com a matéria da revista, de 55 milhões de reais.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Tramita na Justiça do Estado do Paraná, foi contratado um perito judicial que fez todo o trabalho e que evidencia exatamente as palavras do Deputado Plauto Miró.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de ter a atenção do Líder do Governo, Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica, outro dia quando subi à tribuna e levantei a questão da comunicação, V. Exa. levantou uma meia dúzia de documentos e sorri, porque senti que V. Exa. tinha as respostas às minhas perguntas.

Depois V. Exa. subiu à tribuna e não justificou em nada do que eu tinha falado. O que fez, foi atacar o governo anterior. O ataque não justifica a irregularidade cometida por este Governo.

Quero dizer, Deputado Natálio Stica, não é com bravata que vai salvar o couro do Secretário de Comunicação, se o Deputado Natálio Stica não tem as respostas para as perguntas que tenho aqui há mais de 4 meses. Ele que venha no microfone e diga ao Secretário de Comunicação deste Governo, que se diz sério, que traga as respostas, porque senão, terei que fazer uso da tribuna e dizer que está havendo corrupção neste Governo.

Trouxe aqui este problema, quando era o líder o Deputado Ângelo Vanhoni e ele enrolou, não trouxe as respostas. O Deputado Natálio Stica não veio com a resposta. Ele veio com insinuações e recursos que foram gastos com rádios nas regiões onde eu atuava politicamente e são verdadeiras as informações que ele trouxe. Agora, o que eu quero do Líder do Governo, são esclarecimentos, e eu não posso estar aqui de brincadeira, não estou aqui para assinar papel, mas estou aqui como Parlamentar que tem o direito de saber por que é que o Governo tem esse tratamento com alguns meios de comunicação: um recebe oito, outro, recebe cento e dez. Deputado Natálio Stica, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Exa., um erro não justifica o outro.

Então, se tem alguma irregularidade do Governo Jaime Lerner, V. Exa. encaminhe ao Ministério Público, denuncie daquela tribuna, e se eu tiver como contestar a sua denúncia, eu contestarei, porque fui e tenho honra de ter sido Líder do Governo Jaime Lerner. Agora, V. Exa. não venha, com a sua sabedoria, querer fazer aqui insinuações e de outro lado não me responder irregularidades deste atual Governo.

Por isso, vou dar mais um tempo, senão, a partir do próximo pronunciamento, cada vez que subir nesta tribuna, terei que falar aqui do Secretário de Comunicação e dizer que ele é um homem que está gastando o dinheiro

público e não dá explicações. E digo a V. Exa. que vamos ter aqui muito embates; pode ter certeza que quando V. Exa. levantar algum questionamento sobre a minha conduta, certamente, se eu não tiver a justificativa - como V. Exa. está tendo - eu também ficarei nessa sua situação, mas certamente terei a justificativa e não me apresentarei no ataque, como V. Exa. está fazendo. Dizem que a melhor defesa é o ataque, mas essa máxima não serve para esta questão, porque nós estamos mexendo com o dinheiro público, Deputado Natálio Stica.

Era isso, agradeço e aguardo ansiosamente que o Líder use da sua sapiência e venha trazer as explicações nesta Casa, porque faz quatro meses que estou aguardando e não vou parar de fazer a cobrança!

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro que acabei esquecendo, quando do meu pronunciamento. Queria agradecer aqui à Polícia Rodoviária Estadual e o BPTRAN, que nos deram todo o apoio na nossa cavalgada, e agradecer ao nosso Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, que foi nos receber em nome da Assembleia Legislativa, em nome dos demais Parlamentares.

O nosso agradecimento ao Deputado Natálio Stica, que de forma brilhante foi nos receber, trazendo o carinho e o respeito desta Casa. E, ao mesmo tempo, agradeço também à Secretária Eleonora Fruet e o Secretário Xavier, que também estiveram nos recebendo, e os demais assessores que estiveram conosco.

Portanto muito obrigado pela recepção que tivemos aqui no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta manhã a CPI do Porto de Paranaguá recebeu a visita do eminente homem público e membro do Conselho da Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, o economista Luiz Antonio Fayet. Realmente, foi muito elucidativo e depoimento do Dr. Fayet.

O nosso Presidente da CPI, Deputado Valdir Rossoni, conduziu os trabalhos de forma muito precisa e democrática, e subo na tribuna na tarde de hoje para ratificar aquelas informações que foram ditas pela imprensa e contestadas, em muitos pontos, pelos membros da Base Aliada do Governo, aqueles que duvidavam que pairavam dúvidas e suspeitas de irregularidades na administração dos Portos de Antonina e Paranaguá.

Pasmem, Sras. e Srs. Deputados, as afirmações que nós ouvimos hoje, durante a CPI do Porto de Paranaguá foram ainda mais graves do que a imprensa até agora relatou. Aliás, tinha uma boa parte de jornalistas presentes nessa reunião. O Sr. Luiz Antonio Fayet afirmou,

textualmente, que há má gestão de patrimônio político, que há omissão e ineficiência administrativa no Porto de Paranaguá, porto esse que é o de maior movimentação de grãos no mundo todo. Pelo menos era, até a desastrosa administração do Eduardo Requião. Segundo ele, isto está servindo como uma péssima vitrine para o Brasil, no mercado internacional e, segundo o próprio Fayet, essa administração é um péssimo exemplo de gestão, inclusive o mercado internacional está estarrecido com o que anda acontecendo no Porto de Paranaguá. Foi confirmada a informação de que nós tivemos, até agora, um prejuízo da ordem de 1 bilhão de dólares, por conta dos desmanchos ocorridos no Porto de Paranaguá.

Inclusive, os organismos internacionais que cobrem o Sistema Internacional de Transporte Mundial coloca o Porto de Paranaguá, na Black List, com um prejuízo enorme para o País. O que é mais grave, quem vai pagar essa conta é, mais uma vez, o agricultor brasileiro.

Tenho certeza, que o Deputado Valdir Rossoni, que é o Presidente desta CPI vai, ao longo desse trabalho, mostrar tudo que aqui esta sendo apurado. Mas todas as informações, inclusive, as que foram colocadas abaixo pelo Governador Robeto Requião, foram confirmadas agora pela manhã pelo Dr. Fayet. A questão do saneamento, com as ratazanas proliferando no Porto de Paranaguá. Um dos pontos que nos deixou bastante entristecidos o Dr. Eduardo Requião, que teria a obrigação de comparecer a todas as reuniões mensais, do Conselho de Autoridade Portuária esteve presente em apenas três reuniões ao longo do tempo em que comanda os Portos de Antonina e Paranaguá. Ainda mais demonstrando total dessintonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal ou qualquer outro tipo de lisura administrativa, disse que desconhecia as exigências do Conselho de Autoridade Portuária, que há inclusive um relatório da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que é muito grave do que a gente possa imaginar.

E disse aqui textualmente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Como todos os outros demais Parlamentares tiveram um acréscimo de mais de um minuto, V. Exa. terá dois minutos.

O SR. BARBOSA NETO

Disse aqui o Dr. Fayet: O Estado não pode arcar com as irresponsabilidades cometidas pelos administradores e, que já existem condições de uma intervenção saneadora no Porto de Paranaguá, uma intervenção federal, porque o risco do Paraná perder a concessão do porto é grande, e segundo ele disse ao ex-Ministro do Transportes e ao diretor da ANTAK, há uma frouxidão das autoridades federais que até agora, ainda não decretaram a intervenção no Porto de Paranaguá.

Amanhã às 9h00 da manhã, os deputados-membros desta CPI, estaremos lá sob a Presidência do Depu-

tado Valdir Rossoni, juntamente com o Deputado Waldir Leite que será o nosso anfitrião. Iremos constatar *in loco* essas irregularidades do Porto de Paranaguá.

Gostaria de parabenizar todos os membros dessa CPI, e passar a palavra, o aparte, ao Deputado Neivo Beraldin, que é o Presidente da Comissão de Fiscalização da ALEP.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Barbosa Neto, a título de colaboração, quero lembrá-lo e aos senhores-membros da CPI, que a Comissão de Fiscalização fez 9 ou 11 audiências públicas em relação ao Porto de Paranaguá. Nós ouvimos o Fayet, trinta representantes dos sindicatos patronais, sindicatos dos trabalhadores de Paranaguá, Presidente Nacional dos Terminais Portuários Públicos e Privados.

Enfim, todas as entidades que possam ter interesse no Porto de Paranaguá foram ouvidos pela Comissão de Fiscalização. Eu espero que V. Exas. possam fazer uso das notas taquigráficas que estão aqui nesta Casa. Vocês terão, evidentemente, um trabalho já bem adiantado, dessas audiências. Evidentemente, que vai fazer com que vocês, membros da CPI, até um breve relatório, em alguns aspectos nós já temos na Comissão de Fiscalização relatório já conclusivo sobre o desvio de soja, por exemplo, nós já temos um relatório conclusivo, tendo em vista os depoimentos e os documentos que recebemos.

Então, a CPI pode cortar 70% do que ainda vai fazer, já encontrar bem amparado, bem instruído juridicamente e, evidentemente, vocês ganharão bastante tempo.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO

Nós agradecemos a sugestão do nobre Deputado. Inclusive, vamos sugerir isso ao Presidente Valdir Rossoni e lembrar que até com o poder de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, as providências possam ser tomadas, e é bom a gente frisar que nós não temos intenção nenhuma de retalhar quem quer que seja, mas corrigir o rumo, apurar as irregularidades e punir aqueles culpados por essas irresponsabilidades.

Chegou-se ao cúmulo de classificar-se a atuação do Sr. Eduardo Requião como assustadora à frente da Superintendência dos Portos de Antonina e Paranaguá. Ele chegou mesmo tendo um recurso na ordem de mais de 50 milhões de reais, no fundo de dragagem, no fundo dos corredores de exportação e de manutenção do patrimônio público, a investir a simbólica quantia de apenas 20 mil reais, para modernização, ampliação e manutenção do Porto de Paranaguá, quando existe um valor de quase 50 milhões de reais em caixa comprometendo sobremaneira a economia do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do Partido dos Trabalhadores, Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiro cumprimentar o Deputado Plauto, pela iniciativa de trazer aqui à tribuna, a questão referente à compra da ARAUPEL, assim como o Deputado Jocelito, que felizmente, como o senhor não colocou, estamos resolvendo o problema da Saúde, até por estarmos cumprindo em nível federal a Emenda Constitucional nº 29. É graças a essa emenda, que nós temos recursos suficiente para a Saúde, recursos suficientes que fazem com que Ponta Grossa consiga ampliar e, os recursos são federais, na sua maioria. Ampliar os números de leitos neonatal e, com isso fazer com que nós tenhamos menos crianças passando problemas, que eram comuns até poucas semanas atrás.

Mas, eu uso essa tribuna até por deferência do Líder do Partido dos Trabalhadores, muito mais para fazermos uma reflexão a respeito daquilo, como eu já falei aqui, com o Deputado Plauto. Parece-me que infelizmente nesse momento, ele não está no Plenário.

Sobre a matéria que saiu, me parece que ele não relatou, na Revista Época, que está circulando esta semana. É sabido que esta região toda que esta sendo objeto de negociação entre a ARAUPEL e o Governo Federal tem problemas. Mas é interessante que este problema, Srs. Deputados, só apareceram agora. Uma área que o próprio Governo Federal buscou regularizar e que hoje segundo a Procuradoria Geral da União e segundo o próprio Ministério Público é uma área grilada. E a pergunta que nós fazemos é - será que só esta área no Sudoeste do Paraná é grilada? Será que nós não temos que levantar, a partir daí, e aqui fica um convite, inclusive, e uma sugestão aos Srs. Deputados que são da CPI da Reforma Agrária, instalada a CPI da Terra, instalada aqui na Assembléia. Será que é só esta área no Sudoeste que foi objeto de uso irregular desde 1940, segundo a própria Procuradoria Geral da União? Será que não há outras áreas, Deputado Rafael Greca, o senhor que é um estudioso em História, na região do Sudoeste do Paraná, que foram objeto, e em outras regiões, mas este caso específico do Sudoeste, que foram objetos de tomada sem que os proprietários tenham de fato a sua posse, tenham apenas um documento? Será que a partir destas denúncias feitas pelo Deputado Plauto, que faz parte da CPI Agrária desta Casa, não era o momento oportuno, Deputado Plauto, - o senhor que agora chega ao plenário - de fazermos um levantamento de todos os títulos de propriedade no Estado do Paraná nos últimos 50 anos, de sabermos quem de fato é dono e como é dono de extensas área de terras, que sabemos, muitas vezes, foram objeto de contestação, muitas áreas de terras nesta região, especificamente, no Sudoeste, que não tem toda ela uma regularidade como deveria? Será que não é hora, a partir da denúncia que o Deputado Plauto nos traz aqui, de fazermos um levantamento, não só da ARAUPEL, que me parece grave, até porque deveria se perguntar com que autoridade o Governo Estadual da época distribuiu essas terras que não eram suas? Será que distribuiu apenas

aquelas terras, ou será que distribuiu outras também, na região Oeste, Sudoeste, que também não eram de propriedade do Estado?

Então, fica aqui, a partir do que o Deputado Plauto coloca, esta matéria que sai na Revista Época desta semana, uma sugestão, que a CPI levante, Deputado Plauto, todas as áreas de terra, a partir da década de 40 que foram objeto de negociação entre o Estado do Paraná para sabermos se de fato essas áreas têm ou não a titularidade, conforme os seus proprietários alegam.

Sabemos, Deputado Plauto, que há outras áreas também que foram contestadas. É preciso, e acho que a denúncia que o senhor traz é grave, está na revista, como eu falei, é preciso que nós, a partir daí, talvez busquemos, através da Comissão Parlamentares de Inquérito, uma alternativa que pode ser para o Estado do Paraná, uma alternativa que contemple não só os produtores rurais legitimamente proprietários, mas que contemple também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que há muito tempo vem reivindicando áreas de terras que estão com toda a sua documentação colocada em dúvida.

Fica aqui, Sr. Presidente, a sugestão para que nós façamos um esforço para levantarmos toda a titularidade de terra doada pelo Governo do Estado do Paraná nos últimos cinquenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra, queremos registrar com alegria a presença do nosso colega que foi Deputado e ex-Presidente desta Casa, Nilso Sguarezi, que está aqui no nosso Plenário.

Muito obrigado pela presença.

O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)

Eu gostaria de registrar e comunicar aos senhores que, no dia de hoje, exatamente no 10 de maio, a nossa Cidade de Maringá, Cidade Canção, Cidade Verde, está comemorando os seus cinquenta anos de sua existência, sua história e seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com relação ao Deputado Nilso Sguarezi, o Deputado Carlos Simões está colocando aqui que ele é Cidadão Honorário do Paraná, por proposição do mesmo, só que ainda não o recebeu.

Precisamos marcar a data.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar que a Universidade Federal do Paraná, sexta-feira, tomou uma iniciativa inédita no Estado do Paraná, com relação a cotas. Tínhamos o precedente de uma forma não igual, mas de forma semelhante na Universidade Estadual de Londrina, que tomou uma iniciativa de termos no Estado do Paraná o vestibular, com cotas para negros e para alunos de escola pública.

Deixar registrado, aqui, essa iniciativa que é extremamente coerente e vem no sentido de buscar igualdade nas nossas universidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do PMDB.

Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

O Deputado Valdir Rossoni, pela sua experiência e tempo de Assembléia, profissionalizou-se como provocador. Ele me questionou mesmo depois de eu ter subido a esta tribuna, e espero que neste assunto, eu não precise tomar o tempo dos Srs. Deputados, mas vou, a pedido do Deputado Valdir Rossoni esclarecer mais uma vez.

É público, está aqui no jornal Folha de Londrina: “Segundo dados da Secretaria de Estado da Comunicação Social, enviados à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, foram gastos com publicidade, em 2003, quatro milhões e 430 mil reais. A maior parte desses gastos foi com propaganda destinada à divulgação do Programa Luz Fraterna, que isenta as famílias mais carentes da cobrança da tarifa de energia elétrica. Pelo balanço do Governo, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, gastou três milhões e 100 mil para divulgar o programa, o que equivale a 70% dos gastos totais da Secretaria da Comunicação. Portanto, dos quatro milhões e 430 mil, apenas um milhão, trezentos e trinta mil foram gastos para propaganda do Governo. Os três milhões e 100 mil foram pela COPEL, com ações da mesma, com licitações feitas pela COPEL, para divulgar o programa, exatamente para que as famílias de baixa renda pudessem ter um entendimento, e está aí o grande sucesso do Programa Luz Fraterna no Paraná, pelo credenciamento das famílias, que sabem como o programa funciona.

O mesmo está acontecendo com a água, tarifa social, muito bem divulgado nos meios de comunicação, mostrando que uma família de quatro pessoas, vai ter um custo de R\$ 1,25, por pessoa, ou seja R\$ 5,00, para garantir os 10m³. Se não gastar, se tiverem duas pessoas, poderão gastar menos que os 10m³”. Enfim, o Governo tem que divulgar as boas coisas.

Não quero comparar e não comparei o Governador Requião com o ex-Governador Jaime Lerner, porque não gosto de comparar o bem com o mal. Se fosse comparação, está aqui no jornal para quem quiser ver; não sou eu quem está falando. Não é porque tiveram erros no passado, que vamos continuar nele. O governador Jaime Lerner, sim, gastou dinheiro. Está aqui, dezenove vezes mais, no último ano. Eu disse que o Governador gastou mal, e tenho aqui a relação das empresas, inclusive, do montante gasto sem licitação.

No último ano de governo, ao contrário do Governador Requião, que aí, sim, no seu primeiro ano de

Governo, até por não ter tido o tempo necessário para que fizesse o processo licitatório - agora já o fez e por isso nada mais sai sem licitação - acabou gastando este um milhão e trezentos mil nas propagandas. Mas, está aqui a média do último ano de Governo, sem licitação, cerca de três milhões. E para a empresa do genro, onze milhões!

Isto sim, aqui é que é o mal, o roubo, a sacanagem com o dinheiro público! Eu não quero fazer estas comparações do governo do bem com o governo do passado, do mal. Esta época já passou, e felizmente, não volta mais.

Digo-lhe, Deputado Valdir Rossoni, já foi mandado para a Comissão de Fiscalização da Assembléia, V. Exa. e os Deputados da Oposição têm acesso e podem e devem buscar o caminho, se não estiverem satisfeitos com o que foi mandado para a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa. O caminho do Tribunal de Contas, o caminho do Tribunal de Justiça, o caminho, enfim, da nossa Justiça, se não estiverem contentes com a maneira como está sendo feito.

O Governador Roberto Requião e sua equipe não têm nada a esconder. Jogam com transparência. Os dados e os números estão aí. O que foi gasto, inclusive, está nos jornais. Nós não temos nada, absolutamente, nada a esconder. E vamos colocar todas as respostas aos questionamentos que vierem aqui desta tribuna para que sejam colocadas às claras, para que a imprensa, que nos acompanha no dia-a-dia, possa ter conhecimento de como é que age este Governo.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Stica, o que a Folha de Londrina escreveu não foram dados fornecidos pela Comissão de Fiscalização. É verdade, sim, que alguém da Folha de Londrina me telefonou e eu respondi: "ainda não tive tempo de fazer os cálculos", porque a Comissão de Fiscalização remete diversos requerimentos para órgãos. E ela me perguntou quanto o Governo gastou em publicidade e propaganda até agora. E eu disse: "não posso lhe responder, porque ainda não tive tempo de receber da minha assessoria um quadro de demonstrativo das despesas até aqui". Então, o que o jornal Folha de Londrina escreveu, é de responsabilidade do jornal Folha de Londrina.

O SR. NATÁLIO STICA

Muito obrigado, Deputado. Infelizmente, não vou conceder apertados porque passam dos dois minutos que me foram concedidos.

Peço escusas, mas V. Exa. vai ter o tempo da Liderança da Oposição, para poder....

O Sr. Ademar Traiano

Mas, seria oportuno eu fazer este aparte no seu pronunciamento, com a aquiescência da Presidência.

O SR. NATÁLIO STICA

A não ser que a Mesa me conceda mais um tempo....

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vosso tempo já foi concluído.

O Sr. Ademar Traiano

V. Exa. não está sendo democrático, Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço e quero dizer que estarei sempre à disposição para responder, e sou e continuarei sendo democrático. Apenas usei três minutos e V. Exa. vai ter cinco, do Horário da Oposição, mas me coloco à disposição. E sobre este assunto, quem não estiver satisfeito, tem os caminhos da Justiça, e a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa que muito bem tem trabalhado, tem todos os dados.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para dizer ao Deputado Natálio Stica, que a linguagem do meu requerimento não foi a linguagem do New York Times. Não foi em inglês. Foi em português. Eu amanhã lerei o requerimento, porque ele está se fazendo de desentendido, inclusive lendo a matéria da Folha de Londrina pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queremos comunicar à Assembléia Legislativa e aos Srs. Deputados, e muito especialmente à Mesa da Assembléia, que a Oposição interpôs nesta manhã um mandado de segurança contra atos praticados pela Presidência da Assembléia Legislativa, muito especialmente, com todo o respeito pelo nosso ilustre Deputado Augustinho Zucchi, a quem devo o maior respeito e admiração.

Mas por amor ao Parlamento e por respeito à Constituição Federal, artigo 66, Constituição Estadual, artigo 71, Regimento Interno da Assembléia Legislativa que nos traduz com uma clareza ímpar o espírito do legislador ao afirmar, tanto na Constituição Estadual, Federal e no Regimento Interno, que, esgotado o prazo de trinta dias para que a Assembléia aprecie um veto do Governador, automaticamente a pauta fica suspensa para apreciação de qualquer outra proposição.

Isto está na Constituição Federal, está no nosso Regimento Interno, é a norma do Congresso Nacional, da Câmara Federal até porque não haveria outra razão, a não ser assegurar também às minorias o direito da análise dos vetos. Se no passado a Assembléia Legislativa se

esquivou de apreciar vetos, não é o entendimento neste momento, da Oposição. É um instrumento legítimo e legal, o da obstrução. E, automaticamente estamos nos socorrendo do Poder Judiciário, haja vista que não concordamos com esta idéia de surrupiar os professores do Estado do Paraná, neste ano. Equivalente a uma folha de pagamento.

Ridículo é o governo mandar uma mensagem propondo pagamentos retroativos ao mês de fevereiro, ao mês de março, mês de abril e depois vetar a sua própria lei! Como ridículo seria a qualquer Parlamentar apresentar um projeto de lei, submetendo à votação desta Casa e depois votar contra o seu próprio projeto, traduzindo exatamente o que fez o Chefe do Poder Executivo, vetou o Artigo 47 do Quadro de Cargos e Salários, vetando inclusive a sua própria iniciativa. O que nos parece de um extremo mau gosto, de uma demonstração inequívoca de despreparo na condução das finanças públicas do Estado do Paraná.

Mas, não resta a nós Deputados de Oposição, outro caminho, a não ser buscar o poder Judiciário, porque é flagrante o desrespeito à Constituição Federal. É matéria mansa e pacífica aquilo que estávamos pleiteando. Como entendemos também, Sr. Presidente, que aquela Sessão maldita - ousou dizer - que aquela Sessão do dia 4, jamais poderia ter acontecido, onde a Assembléia Legislativa dá um cheque em branco para o Chefe do Executivo.

Não existe maneira de afagar o Poder Legislativo, quando esse afago vem com a diminuição das prerrogativas legislativas, vem com a diminuição do papel de cada Parlamentar com um papel de fiscalizar, de acompanhar efetivamente o desdobramento do Orçamento Geral do Estado.

Razão pela qual, temos esperanças no Poder Judiciário, para que aqui na Assembléia Legislativa, neste momento que se discute o Regimento Interno, nós possamos ter a felicidade de termos um Regimento Interno que assegure direitos a todos os Parlamentares, mas nesta questão específica, é claro, ondulante e cristalino porque ele reproduz a Constituição Federal, reproduz a Constituição Estadual e nós somos respaldados por questões de ordem pelo Presidente Hermas Brandão, de tal sorte que a questão era mansa e pacífica, e também respondendo ao nobre Deputado Stica que não permitiu o aparte ao Deputado Rossoni, que esse é um Governo transparente...

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Fui citado e dito que eu não permiti o aparte; Não é de minha índole agir dessa maneira, pois estava com três minutos, consultei à direção da Mesa.

Portanto, não aceito essa acusação.

O SR. DURVAL AMARAL

Não tenho isso como acusação, mas se o senhor entende, então, eu não sei o que seria acusar no Parlamento! Mas o Deputado Rossoni ouviu na tribuna da

Situação o nobre Deputado Líder do Governo dizer que o Governo gastou apenas três milhões de reais em publicidade no ano passado! Efetivamente essa não é a verdade da Comunicação Social e não é verdade do Governo. Por quê?

Porque o Governo tem camuflado as despesas com comunicação, Deputado Stica, e talvez não saiba disso, mas o senhor vai buscar as informações e tê-las-á. O Governo tem escondido os números e os gastos com Comunicação Social para o ano de 2003 e também para 2004. E eu vou lhe dizer, para que esta procura se torne mais fácil, como é que o Governo tem escondido; esconde os números numa cota chamada manutenção. O senhor se informe bem, que o senhor vai ver que o que o Governo gastou em Comunicação Social, no ano passado, é muito superior a três milhões de reais, e a dica para encontrar a verdade, porque esse é um governo transparente, é só procurar nas Secretarias de Estado, a título de manutenção, aonde é que o Governo empenhou as despesas.

E tem mais, este ano o Governo do Estado tem 65 milhões empenhados para despesa de comunicação; já fez uma concorrência pública o ano passado, anulou, refez; anulou novamente, existiam denúncias e fraude; no processo licitatório foram escolhidas dez empresas, e agora este ano o Governo faz uma nova concorrência, procurando contratar mais cinco empresas para gastar e para compartilhar uma verba de aproximadamente nove milhões e duzentos mil reais!

Então, só a título de transparência, e para que essa cobrança que tem feito o Deputado Rossoni, eu venho a público e digo, está maquiado, está escondido despesas com manutenção.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acho que a denúncia apresentada pelo Deputado Durval Amaral é muito grave. Eu até solicitaria à Comissão de Fiscalização desta Casa, na pessoa do nobre Deputado Neivo Beraldin, porque a denúncia apresentada é muito preocupante, pois o Governo nos deu a informação de que gastou quase quatro milhões em publicidade o ano passado; essa é uma informação que eu recebi oficialmente. Eu fiz um requerimento de acordo com aquela lei e consta isso. Agora, se o nobre Deputado levanta e vai à tribuna e diz que o Governo camufla, quem camufla é preocupante.

Então, eu queria pedir ao Presidente da Comissão de Fiscalização que esta Casa tem que tomar uma providência, se são verdadeiras essas informações. Nós estamos aqui com algo muito preocupante que nos chama atenção. Agora, se o Deputado Durval Amaral, Líder da Oposição, que conhece bastante o Orçamento, vem nesta Casa e vai à tribuna, que é pública, e diz que o Governo camufla publicidade, é muito grave, e eu pediria a V. Exa. que determinasse à Comissão de Fiscalização que buscasse as informações, porque nós estamos vivendo aqui algo muito preocupante.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Para não levar a fama de não saber o que está acontecendo, gostaria de dizer ao Deputado Durval Amaral que o gasto com manutenção é gasto com manutenção. Em especial com a TVE, que estava sucateada pelo ex-Governador Jaime Lerner, do qual o Deputado faz parte até hoje.

Portanto, manutenção, sim.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Comunico os membros da Comissão de Fiscalização que na quarta-feira teremos uma reunião extraordinária para tratarmos deste assunto e revelarmos outros requerimentos que já obtivemos nesse curto espaço de tempo que a Comissão se reúne.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar que na quarta-feira estaremos realizando uma audiência para discutirmos o problema da EJA aqui de Curitiba. Gostaria de convidar todos os Deputados.

A Secretaria da Educação tem tentado resolver esse problema, que é o excesso de alunos e a falta de turmas. Mas quero compartilhar uma preocupação com esta Casa. Recebeu há pouco informações que os professores do EJA, - vou até solicitar ao Deputado Natálio Stica que entre em contato com a Chefe do Núcleo de Curitiba, porque os professores estão sofrendo pressão para não comparecerem aqui na audiência pública. Se isso acontecer, de fato é inaceitável!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados,

Sobre a mesa, Ofício nº 125/2004, subscrito pelo Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o cancelamento da proposição alusiva à criação nesta Assembléia de uma Frente Parlamentar “Universidade para Todos”. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Tadeu Veneri para compor a Comissão Especial de Investigação que irá acompanhar o andamento do projeto “Eixo Metropolitano de Transporte” de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 803, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde de 121 dias a partir de 05 de maio de 2004. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a Organização de Entidades Representativas dos Estudantes de 1º e 2º Graus. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**
Emendas - **Aprovadas.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 157/2003

P A R E C E R :

A emenda sob análise suprime o artigo 2º do Projeto nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura.

Em parecer sobre o projeto de lei nos manifestamos pela tramitação regimental da proposição por entender que está dentro dos limites e das prerrogativas do Poder Legislativo Estadual.

A emenda apresentada não afeta o conteúdo essencial do projeto que consiste em assegurar a livre orga-

nização dos estudantes nas escolas da rede pública e privada.

A proposição de supressão limita-se a impedir que a organização estudantil possa afetar o regular desenvolvimento das atividades pedagógicas comprometendo o aprendizado dos próprios estudantes.

O acesso às salas de aula pelas lideranças estudantis poderá se dar mediante planejamento acordado com a direção da escola, professores e alunos.

Não há nada que obste o acolhimento da emenda e que esta vá a plenário.

O parecer é pela tramitação regimental reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

É o relatório e o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoioamento:

Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Nelson Tureck, Neivo Beraldin, Jocelito Canto, Durval Amaral e 1 ilegível.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emendas - **Aprovadas.**

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 725/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995 (Lei Florestal).

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, opinamos pelo parecer favorável à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.2004.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

SUBEMENDA MODIFICATIVA DA CCJ
À EMENDA DE PLENÁRIO APRESENTADA AO
PROJETO DE LEI Nº 725/2003

Modifique-se o artigo 7º, com a seguinte redação:

“Art. 7º - As florestas e demais formas nativas de vegetação consideradas reserva legal devem representar, em uma ou várias parcelas, localizadas na propriedade ou em áreas da mesma microrregião, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses públicos, podendo ser, conforme o interesse do proprietário rural, em condomínios florestais privados ou públicos.”

Suprimam-se os incisos I, II e III do artigo 7º.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

PEDRO IVO ILKIV - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 725/2003

P A R E C E R :

I - Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 725/2003 recebeu a emenda modificativa dos Deputados Tadeu Veneri, Padre Paulo, Elton Carlos Welter e outros.

II - Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e a legitimidade da iniciativa.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à Emenda Modificativa do Deputado Pedro Ivo Ilkiv.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoioamento:

Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Nelson Tureck, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Vanderlei Iensen, Durval Amaral, Neivo Beraldin, Tadeu Veneri e 1 ilegível.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/2004, que institui o Fundo de Aval garantidor da agricultura familiar do Estado do Paraná- Fundo de Aval, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 001/2004
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de junho de 1996, ou por Lei Federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido Decreto.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei consideram-se como beneficiários os agricultores familiares enquadrados no PRONAF de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural- MCR, do Banco Central do Brasil- BACEN.

Art. 2º - O Fundo de Aval tem por objetivo democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades econômicas, de forma compatível com o Meio Ambiente no Estado do Paraná, através da facilitação do acesso ao crédito rural, concedendo garantias à contratação de financiamentos aos beneficiários do PRONAF, de forma individual, grupal ou organizados em associações e cooperativas.

Art. 3º - O Fundo de Aval contará com o aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, para respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal prestar garantias à contratação de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais de crédito, federais, estaduais e municipais, inclusive cooperativas habilitadas a operacionalizar o PRONAF.

§ 1º - As instituições financeiras oficiais de crédito e cooperativas referidas no *caput* deste artigo só poderão utilizar o Fundo de Aval mediante celebração de convênios específicos com o Estado do Paraná que, necessariamente, versarão sobre:

- I - obrigações dos agentes financeiros;
- II - procedimentos operacionais;
- III - o cumprimento do aval por parte do Fundo de Aval;
- IV - recuperação dos créditos em casos de inadimplência;
- V - outros procedimentos e normas que assegurem o pleno funcionamento do Fundo de Aval.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para aumento do aporte de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 4º - As garantias à contratação de financiamentos previstas nesta lei destinam-se:

- I - à realização de investimentos fixos e semi fixos;
- II - à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais sustentáveis;
- III - ao financiamento de capital de giro;

IV - à operação de custeio agrícola, pecuário e extrativista;

V - comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;

VI - à contratação de assistência técnica;

VII - à produção e comercialização de produtos.

§ 1º - Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF, e nas linhas prioritárias de financiamento definidas na forma da Lei nº 9.917, de 30 de março de 1992.

§ 2º - As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de crédito aos beneficiários previstos no art. 2º desta Lei.

Art. 5º - Constituem receitas do Fundo de aval os recursos financeiros:

I - oriundos do Orçamento Geral do Estado do Paraná, transferidos pelo Tesouro Estadual.

II - transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com o Fundo de Aval;

III - oriundos de doações de qualquer natureza;

IV - resultantes dos rendimentos de aplicações financeiras;

V - oriundos da recuperação de valores de avais honrados pelo Fundo de Aval;

VI - resultantes da revisão de saldos não aplicados.

VII - transferidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico -FDE.

Parágrafo Único - O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Art. 6º - O decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

I - as condições gerais para a concessão de aval pelo Fundo de Aval;

II - os níveis máximos de garantia a serem adotados nas operações de aval;

III - as condições de efetivação do provimento dos recursos financeiros pelo Fundo de Aval;

IV - o prazo máximo de garantia do aval, o qual deve coincidir com o prazo de financiamento pactuado, e em caso de prorrogação total ou parcial deste, a garantia do aval poderá se estender a novos prazos, a serem pactuados de acordo com a legislação específica do BACEN;

V - o público alvo a ser contemplado dentro das diversas categorias de produtores no PRONAF;

Art. 7º - O beneficiário de aval previsto nesta lei que, injustificadamente, não honrar os seus compromissos financeiros com as instituições oficiais de crédito conveniadas com o Estado do Paraná, para o fim nela previsto, resultando na utilização de recursos financeiros

do Fundo de Aval para cobrir o montante do financiamento que foi por ele avalizado, não poderá ter qualquer tipo de relacionamento contratual, comercial e financeiro com a administração estadual, direta e indireta, especialmente na realização de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens e materiais de consumo de qualquer tipo, enquanto o seu débito não for pago.

Parágrafo Único - Caso o beneficiário seja pessoa jurídica, aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos seus acionistas, quotistas ou sócios.

Art. 8º - Poderá ser concedida nova garantia pelo Fundo de Aval, antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinado para a mesma finalidade, respeitadas as normas gerais do Manual de Crédito Rural- MCR.

Art. 9º - Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Comitê Gestor Intersecretarial do Fundo de Aval, de caráter deliberativo, a quem compete às decisões relativas à administração geral do Fundo de Aval, baixar instruções normativas complementares a operacionalização, organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária e à concessão de garantias à contratação de financiamento de que trata esta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual atuará nos municípios em consonância com os Planos de Desenvolvimento Rurais - PDR, na análise das prioridades e beneficiários do Fundo.

Art. 11 - Os recursos financeiros do Fundo de Aval serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais de crédito conveniadas.

Art. 12 - Aplica-se à execução do Fundo de Aval as normas públicas que regem a legislação orçamentária e financeira, a legislação processual específica para cobrança dos créditos tributários e não tributários do Estado, bem como, no que couber, as normas gerais constantes do Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto regulamentar.

Art. 13 - O Fundo de Aval estará sujeito a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e da auditoria que o Poder Executivo adotar.

Art. 14 - Em caso de inadimplência, e uma vez esgotadas todas as medidas legais devidas à cobrança e pós o trânsito em julgado, os bens adquiridos, objetos do financiamento ou o valor monetário correspondente, serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 15 - A gestão financeira do Fundo de Aval será exercida pela Agência de Fomento do Paraná SA, devendo obedecer as decisões tomadas pelo Comitê Gestor Intersecretarial.

Parágrafo Único - O registro, o controle contábil e financeiro do Fundo de Aval, bem como das concessões de avais serão realizados por setor próprio da Agência de Fomento do Paraná SA.

Art. 16 - Os riscos operacionais decorrentes dos avais concedidos serão assumidos pelo Fundo de Aval, limitados ao seu patrimônio líquido.

Art. 17 - Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 30 (trinta) vezes o seu patrimônio líquido.

Art. 18 - A extinção do Fundo de Aval dar-se-á mediante aprovação de lei, sendo que os recursos existentes serão convertidos aos cofres públicos estaduais.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.05.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Altônia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública Estadual a Entidade Ação Social Família Camiliana, do Município de Pinhais com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Canaã de Proteção aos Menores com sede e foro no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Clube da Costela de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2004, de autoria do Deputado Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio-Familiar "Formando o Cidadão de Astorga" CEASFAM, com sede e foro no Município de Astorga. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier que declara de Utilidade Pública o Círculo Italiano de Medianeira, Sociedade Civil Beneficente e Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata (ABEMA) com sede e foro no Município de Palmas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.314 de 16 de fevereiro de 2004. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio, de Rio Branco do Sul, com sede e foro no mesmo Município.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Moradores da Vila Barbosa, com sede e foro no Município de Terra Rica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, em 11.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 416/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade

Pública a Associação de Moradores da Vila Barbosa, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a ONG Artesãos Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2003, de 24/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 570/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a ONG Artesãos Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, em 25.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 698/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro no Município de Rio de Janeiro.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer

favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 698/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, e representação no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, em 08.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 042/2004

Relatório

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, o presente projeto visa instituir no Calendário Estadual o Dia Estadual do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro de cada ano.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, tendo sido verificado, porém, redação incompatível com a Lei Complementar à Constituição Federal de nº 95 de 26.02.98, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis, em seus artigos 7º *caput*; 8º *caput* e 11º, inciso I, alínea b.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 042/2004

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Estadual, o Dia Estadual do Técnico em Eletrônica a ser comemorado no dia 15 de outubro de cada ano.

Parágrafo Único - Dispõe-se que Técnico em Eletrônica será considerado todo aquele que desenvolve atividades concernentes ao ramo de consertos, manutenção, assistência técnica, invenções ou atividade congênere na área de produtos eletrônicos, com ou sem formação acadêmica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, em 08.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/2004

Relatório

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, o presente projeto visa instituir no Calendário Estadual o Dia Estadual do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, tendo sido verificado, porém, redação incombatiível com a Lei Complementar à Constituição Federal de nº 95 de 26.02.98, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis, em seus artigos 7º *caput*; 8º *caput*.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELI CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 043/2004

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Estadual, o Dia Estadual do Imigrante Japonês a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina a Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro, localizado no Município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2004, em 10.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 058/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame é de autoria do Deputado Hermas Brandão, e objetiva denominar de Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro, localizado no Município de Ribeirão Claro.

Procedida à análise da proposição, no que concerne a égide desta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual, estando o projeto de lei em perfeitas condições de seguir seu curso legislativo.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável à proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DR. LUCIANO DUCCI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão da doação das datas de terras que especifica, situadas no Município de Terra Boa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2004, em 06.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 100/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 100/2004, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, visa autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão da doação de datas de terras situadas no Município de Terra Boa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, encontra fundamentação suficiente para apoiar a pretensão do autor, tendo em vista que o Poder Executivo Estadual tinha, quando da publicação da Lei Municipal nº 682/98, o prazo de dois anos para realizar obras no imóvel, o que não ocorreu, justificando a reversão do imóvel ao Município de Terra Boa.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães União Vila das Torres, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2004, em 06.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, declara de Utilidade Pública o Clube de Mães União Vila das Torres, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ile Axé Ode Kare Igbo, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/2004, de 12/04/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 113/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Ile Axe Ode Kare Igbo, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Todos os projetos constantes da pauta foram aprovados, inclusive com voto do Deputado Durval Amaral, que achava que não deveria votar mais nenhum projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 777, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 778 e 786, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 779, 780, 782 e 783, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 e 787, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 784, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 789, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 790, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Ademar Traiano e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 791, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 793 e 795, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 796, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 797 e 798, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 799 e 800, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 801, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 788, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana, a Assembléia Legislativa ouviu aqui o ex-Secretário de Obras do Município de Curitiba, que fez uma série de denúncias em relação ao Eixo Metropolitano, denúncias essas respaldadas pelo Ministério dos Transportes. Na oportunidade, a Assembléia Legislativa votou e aprovou uma comissão especial para investigar o assunto do Eixo Metropolitano de Curitiba.

Então, acho que em primeira mão poderíamos instalar a Comissão de Fiscalização desse assunto, após o

quê poderia essa Comissão convocar o ilustre Presidente do IPPUC para vir explicar os 55 itens de irregularidades encontradas nos projetos e nos pareceres referidos.

Portanto, encaminho contrário à vinda do Sr. Presidente do IPPUC.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, para encaminhar.

Acho que se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou um requerimento solicitando a presença de um ex-Secretário da Prefeitura - que não representa entidade nenhuma, ele veio como cidadão - mas como o Plenário da Assembléia aprovou o requerimento e os Srs. Deputados ouviram atentamente a explanação feita por ele, nada mais justo, sem demérito de ninguém, numa comissão especial que tenha sido criada ou não, mas que venha o atual Secretário de Obras acompanhado pelo Presidente do IPPUC, e diga o que está acontecendo com o Eixo Metropolitano.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputados favoráveis à aprovação do requerimento, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção para a votação do requerimento.

Deputados favoráveis à aprovação do requerimento, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Oito senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Oito senhores deputados.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Está **rejeitado**.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, nós sabemos que está rejeitado. Lamento profundamente - mas profundamente mesmo - ficou claro, ficou patente que a vinda do Sr. Leopoldo aqui, teve um único objetivo: político. Nada mais!

Porque não é concebível que a Assembléia Legislativa aprove um requerimento, Deputado Plauto Miró, trazer aqui no Plenário um cidadão que não exerce, não representa entidade nenhuma, de fazer uma acusação grave. Mentiu para a Assembléia Legislativa, para os Deputados e, quando apresentamos um requerimento convidando - e não convocando - um Secretário da Prefeitura de Curitiba e o Presidente do IPPUC, ele é rejeitado.

Ficou claro, ficou evidente para o Paraná e para a Assembléia Legislativa. Faço questão sim, que a imprensa no dia de amanhã diga para o Paraná o que representou a vinda do Sr. Leopoldo, que mentiu aqui na Assembléia Legislativa, para os Deputados e para o Paraná. E quando nós convidamos o atual Secretário, para que pudesse ser questionado pelos Parlamentares, derruba-se o requerimento porque não querem saber a verdade. Fica aquilo dito para uma mentira, para uma meia mentira, para uma mentira inteira e não se quer saber a verdade.

É lamentável que a Assembléia Legislativa do Paraná aja desta forma. Fico triste, não como Parlamentar, mas como cidadão e como paranaense.

Isso que fica registrado nos Anais da Assembléia Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para justificar o voto, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares: esta Casa criou uma comissão especial para tratar desse assunto Eixo Metropolitano, conforme deliberação na última Sessão.

Em verdade, esse Eixo Metropolitano está cheirando uma enorme negociata que possivelmente envolve aí algumas empresas, tipo UDOSOLO que vai fazer aquele acompanhamento dessa obra, recebendo 14%. 14% para acompanhar a execução de uma obra onde serão feitos 8,8 quilômetros e a partir daí não tem mais projeção, porque terá que ter desapropriação. Uma obra que, aparentemente, querem um empréstimo para pagar os projetos e executar alguns quilômetros, custando nove milhões de reais o quilômetro. É dessa obra que nós vamos apresentar todos os projetos de engenharia - se é que eles existem - na Comissão de Fiscalização.

Este é um escândalo brasileiro, é um escândalo curitibano, é a obra mais faturada, quem sabe, do mundo e, evidentemente, a população do Paraná vai saber por que nós estamos falando que essa é a obra mais cara que o mundo já viu e que não vai desafogar, absolutamente, o trânsito de Curitiba, porque liga simplesmente o Pinheirinho a uma altura e já existem duas avenidas, seria feita a terceira, talvez algum viaduto, uma decoração e nove milhões de reais o quilômetro. E o povo vai contrair esse empréstimo, a Prefeitura vai contrair esse empréstimo e quem vai pagar é o povo pobre.

Não é possível aceitar, com as dificuldades que a nossa população vem enfrentando, como problemas de segurança, de saúde, de educação, falta de creches nos bairros, problemas sociais inúmeros e inventam um empréstimo internacional na última hora, sem os projetos aprovados, com fortes críticas do Ministério do Transporte, e vem o Ministro aqui e passa esse trecho no afogadilho para que a Prefeitura administre, sobre o possível grande espetáculo que vamos assistir, dizendo que vai desafogar o trânsito de Curitiba.

Ora, senhores! Nada tenho a ver com o Anel Central de Curitiba! Esta é uma obra que nós vamos provar, através das audiências da Comissão Especial instalada por esta Casa, vamos provar com documentos, projetos - não são simplesmente palavras. Vamos buscar passo a passo provar o superfaturamento em um empréstimo casado com o Estado de São Paulo, favorecendo a Sra. Marta Suplicy e favorecendo, de tabela, o Sr. Prefeito de Curitiba para superfaturar, para endividar a população e nós não podemos nos calar em nome dela.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas gostaria de colocar aos Srs. Deputados que, a bem da verdade, regimentalmente não existe justificativa de voto. A justificativa de voto tem que ser encaminhada por escrito à Mesa e sem comentário. Mas V. Exa. abriu o precedente, porque foi V. Exa. que justificou o seu voto.

Concedo-lhe a palavra, pela ordem.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Não posso admitir que um Deputado, o Deputado Neivo Beraldin, um político experiente não só do Parlamento aqui do Paraná, mas pela sua posse, por aquilo que ele representa, querer fazer uma acusação, querer dizer que a obra é superfaturada sem sequer ter saído a licitação, sem sequer ter sido homologado a concorrência. E V. Exa. vem querer fazer uma acusação de um superfaturamento. Isso são acusações levianas que V. Exa. faz! Não posso admitir isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ailton Araújo, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. AILTON ARAÚJO

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados:

Sinto-me constrangido em ter que fazer uso da palavra para lamentar a posição que me foi tomada em que pese tem que ser respeitada. O que não posso entender que se dê o direito de alguém vir fazer acusação e se negue o direito de alguém vir fazer a defesa.

Gostaria de ouvir ambas as partes nas mesmas condições em que foi ouvida a acusação. O Deputado Neivo vem aqui e faz todas essas colocações, diz a importância de ser apurado, evidentemente, o que existe por detrás dessa questão e se nega o direito da outra parte vir fazer a defesa. Medo do quê nós temos? Qual é o problema da outra parte vir se expor aqui, seria até a oportunidade de contraditá-la, seria até a oportunidade de desmoralizá-la, se ela não tem razão. Não vejo o porquê. Sou levado a concluir que a convocação do cidadão que aqui esteve foi puramente política. Acho que antes de

pensarmos em fazer política ou politicagem, está o interesse da cidade, o interesse da verdade.

Vamos ouvir ambas as partes, não tenho medo de ouvir ninguém. Por que esta Casa tem medo de ouvir a outra parte?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, queria fazer-lhe um pedido. Todos concordamos que o nosso Regimento Interno está obsoleto, tanto que já não é sem tempo que está se fazendo uma modificação, uma regulamentação efetiva no nosso Regimento Interno.

Ocorre que o Regimento Interno, em momento algum permite - ou somente em casos muito especiais - que alguém não Deputado, venha fazer uso da palavra no Pequeno e no Grande Expedientes, seja onde for.

No entanto, tornou-se praxe aqui na Casa convidar as pessoas para que aqui venham, e essa é, no meu modo de ver, uma deliberação da Mesa, já que não consta em momento algum no Regimento Interno que possamos trazer esse ou aquele convidado, para defender ou atacar. Quero crer que o espírito democrático da Mesa, pode, perfeitamente, convidar esse ou aquele, para vir aqui expor seu ponto de vista, uma vez que a Mesa ache que o convidado, que aqui vem usar da tribuna, não seja ninguém que irá macular a imagem ou qualquer coisa parecida é perfeitamente cabível, que a Mesa Executiva permita que ele fale.

Ora, quantas e quantas vezes nós tivemos pessoas que aqui vieram, e eu me recordo que quando Presidente desta Casa não foram poucas as vezes que professores, Deputados Federais, cónsules, embaixadores usaram da tribuna e, em momento algum colocou-se em votação pelo grau de qualidade, que a pessoa ou que o orador iria fazer e a contribuição que poderia trazer para esta Casa.

Por isso, Presidente Augustinho Zucchi, rogo-lhe - a esta altura um homem experiente, democrático, e conhecedor do Regimento Interno, sabe que o Regimento Interno só permite que se fale ou que se vote aqui em questões póstumas ou coisa parecida. De forma que eu rogo-lhe que permita que o convidado que aqui venha, faça o uso da palavra, a convite da Mesa Executiva, sem nenhum tipo de votação e, a partir do momento que V. Exa. sinta, no exercício da Presidência, que o orador esteja maculando a imagem desta Casa, V. Exa., imediatamente corta-lhe a palavra e pede-lhe que se retire.

Portanto, Deputado Augustinho Zucchi, rogo-lhe o equilíbrio, o bom sendo que V. Exa. sempre teve em casos como este.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Nelson Justus, procede realmente a vossa Questão de Ordem e, eu quero ler o artigo 82, para

que os Deputados possam tomar conhecimento. Agora, é evidente, foi votado um requerimento e a Presidência tem que cumprir aquilo que a maioria da Casa decide.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Desculpe, Sr. Presidente, eu gostaria só, antes de V. Exa. ler e, naturalmente, reconhecendo que a leitura esclarece bastante, eu falei com o Deputado Hermas Brandão outro dia - está dentro desse bojo - de nós tomarmos, de fato, mais cuidado com as convocações aqui. Ficamos, o Deputado Hermas Brandão e eu, e naturalmente muitos Deputados aqui, bastante constrangidos com a última convocação, porque se tratava de um ex-Secretário, de um tema municipal, e que se a prática pegar, daqui há pouco nós vamos trazer um Secretário de Londrina, um ex-Secretário de Londrina para fazer a luta política, a disputa de posições políticas que talvez sejam melhor resolvidas no Ministério Público, no Judiciário, quando se tratem de denúncias de corrupção.

O Deputado Hermas Brandão ficou de discutir com a Mesa a possibilidade de fazermos uma nova resolução em relação a esta questão, para que não mais procedamos da forma que procedemos, pois que aprovamos um requerimento bem possivelmente sem saber, à época, qual o grau da polêmica que ele estabeleceria.

Estou fazendo esta colocação, Sr. Presidente, exatamente para que possamos ponderar e também refletir agora, com a Bancada do PT, se de fato procedemos adequadamente, pois que se erramos uma vez, estabelecendo uma polêmica, talvez não fosse o caso de permitir que o contraditório se estabelecesse e dali em diante encerrássemos a questão. É uma questão para nós pensarmos, mas tem que ficar melhor definida, porque, se a prática pega, os debates do Grande Expediente serão, daqui para diante, apenas o palanque eleitoral da tensão da luta política e isto não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado André Vargas, o Deputado Nelson Justus, obviamente com a sua experiência, já foi Presidente desta Casa, tem uma longa convivência com o Regimento, disse bem, artigo 82 - "A juízo do Presidente ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer Sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades."

O requerimento ora rejeitado solicita a destinação do Grande Expediente da Sessão Plenária para dia 17, tampouco e somente. A questão de ordem levantada por V. Exa., digo porque pessoalmente, na condição de membro deste Parlamento, presenciei as ponderações e colocações do engenheiro que aqui esteve. Se este Parlamentar estiver presidindo a Sessão no dia que for solicitado o tempo para alguma pessoa, até por uma questão de equilíbrio e uma questão de igualdade, vou conceder, sem nenhum problema. Por quê? Porque foi concedido a outro e tal.

Agora, há que se estabelecer, realmente, o senso de justiça, o bom senso. Agora, para este dia fica realmente prejudicado, porque o Plenário votou e nós temos que acatar aquilo que ele decide, porque é soberano.

Agora, V. Exa. tem razão, Deputado Nelson Justus, apenas e tão somente se combina com o Deputado Hermas Brandão e se traz a pessoa para fazer o contraditório daquilo que foi estabelecido aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Justificar)

Eu só queria colocar aqui, Sr. Presidente, que votei favorável, por entender, da mesma maneira que disseram aqui os Deputados Nelson Justus e Ailton, que me antecederam, não vejo nada. E depois das afirmações aí mais graves, eu até acredito que se o PT fosse votar agora, votaria favorável, porque se envolveu a prefeita de São Paulo, são dois Prefeitos de Capitais, e tenho certeza absoluta que se a votação acontecesse neste momento, depois dessas acusações, à Prefeita de São Paulo e ao Prefeito de Curitiba, nada melhor do que ouvir as partes.

Então, eu votei favorável, continuo com a minha posição e espero que na próxima oportunidade o PT se mantenha do lado da exposição, para que as partes possam vir aqui nesta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Justificar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho tranqüilidade absoluta, não só para ter votado o requerimento proposto pelo Deputado Neivo Beraldin que trouxe aquele cidadão a esta Casa, como também o requerimento do Deputado Elio Rusch, porque temos que fazer uma política com isenção, principalmente nós, parlamentares, que não somos de Curitiba e que estamos equidistantes desse problema específico da Cidade de Curitiba.

Parece-me que fica muito evidente a maneira tendenciosa que foi trazido esse cidadão e a maneira mais tendenciosa ainda de se proibir o contraditório na Assembléia Legislativa.

Se esse cidadão veio, fez graves acusações, e se queremos que prevaleça a verdade, nada mais correto, mais justo e mais equilibrado do que ouvirmos o Presidente do IPPUC, que é uma instituição que merece todo o respeito de nós, paranaenses.

Razão pela qual quero louvar a V. Exa., pelo discernimento e que em momento oportuno, o Deputado Hermas Brandão ou V. Exa. convide o Presidente do IPPUC, para que possamos ter aqui só a verdade, porque isso aqui interessa a nós, todos Parlamentares, que não somos militantes politicamente na Cidade de Curitiba.

No mais, está justificado o meu voto.

Parabéns a V. Exa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Justificar)

Votei contrariamente ao requerimento, a fim de que possamos estancar e localizarmos a polêmica exata-

mente aonde ela deve ser localizada, na Câmara Municipal de Curitiba. Não que os temas não possam ser livremente tratados por Deputados, aqui, mas exatamente pelo precedente. No entanto, Sr. Presidente, se há denúncias de corrupção, denúncias de desvio de dinheiro, têm que ser feitas no fórum competente, no Ministério Público, no Judiciário e na Câmara Municipal de Curitiba, onde têm competência, para instalar uma Comissão Especial de Investigação, a fim de verificar se tal procedimento ocorre. A aprovação pelo Senado de um empréstimo internacional e a delegação de uma rodovia nitidamente urbana, para a Prefeitura de Curitiba sobre esses atos, não podem ser jogadas dúvidas *per si* ou por esses fatos apenas. O Governo nacional, que está estabelecido democraticamente, tem a obrigação com os brasileiros, do PT, do PFL, e dos sem partido. Portanto, o procedimento desse Governo, para o bem da Cidade de Curitiba, para o bem do povo de Curitiba, não pode ser lançado dúvida, dúvida pueril ou mesmo aparentemente leviana. Portanto, não se admite, neste Parlamento, que se lance dúvida sobre o comportamento, sobre o qual não houve avaliação jurídica, apenas pessoal e superficial.

Votei contrariamente, mas não é possível admitir que se use neste Parlamento a sagrada prerrogativa da palavra, para lançar dúvidas a quem não cabe nenhuma dúvida de comportamento. Lisura, sim. Transparência, sim. Mas que respondam por suas palavras.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Justificar)

Sr. Presidente, votei a favor do requerimento do Deputado Neivo Beraldin e hoje, votei a favor do requerimento do Deputado Elio, que na realidade é um. Vimos aqui um palco político, onde nesta Casa vários Deputados que a compõem têm a candidatura de Prefeito da Capital do Estado.

Convidou-se um representante, uma pessoa para vir aqui denegir o projeto que a Prefeitura Municipal de Curitiba está trazendo a público e que pretende licitar o dinheiro liberado pelo Governo Federal. Depois de denegirem esse projeto, o Deputado Elio Rusch apresenta um requerimento trazendo um representante da Prefeitura Municipal para esclarecer denúncias seriíssimas, que foram feitas aqui, pelo Sr. Leopoldo, ex-Secretário Municipal. Não posso acreditar que a posição dos Deputados desta Casa foi contrária ao convite do outro lado, para que ele pudesse esclarecer a todos nós, Deputados, e a todo o Estado do Paraná, realmente, o que está acontecendo com esse projeto, para podermos avaliar. Só um lado fala o outro lado não.

Eu não posso acreditar que a Assembléia condenou e reprovou o requerimento do Deputado Elio Rusch!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157 e 725/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 416, 570, 698/2003, 042, 043, 058, 100, 106 e 113/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:**“Pedra na Vitrine**

Diogo Escostegy

O maior investimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reforma agrária está se configurando um desastre. A compra da Fazenda ARAUPEL, no Paraná, anunciada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, em outubro de 2003, é condenada por relatórios, pareceres e laudos assinados por técnicos do próprio Governo Federal. As suspeitas vão do superfaturamento na compra da propriedade à incrível possibilidade de a União estar prestes a pagar por uma área que já seria sua desde 1940.

O Procurador federal Revalino de Souza descobriu que o Governo Getúlio Vargas incorporou ao patrimônio da União uma faixa de terra que contém a Fazenda ARAUPEL. A área de 25 mil hectares, foi tomada para a quitação de uma dívida não paga pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, antiga proprietária das terras. Anos depois, o Governo do Paraná devolveu a área à empresa. Segundo o parecer do procurador, a decisão foi ilegal, uma vez que um Estado não poderia dispor de terras da União. Essa interpretação foi ratificada por outros pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU).

Outros documentos mostram que o preço de R\$132 milhões acertado pelo Incra com os donos do imóvel é bem maior que o real valor da terra e das benfeitorias. Em meio ao processo administrativo e compra, que já soma 1.700 páginas, um dos documentos que mais chama a atenção é o cálculo do valor das benfeitorias. Embora devesse ser produzido por funcionários do Incra, foi elaborado por um perito terceirizado, Roberto Pedro Bom. Detalhe: Pedro Bom já trabalhou como engenheiro florestal para empresa, uma das maiores madeireiras do país.

Para vender a fazenda, a ARAUPEL avaliou a área de reflorestamento em R\$76 milhões. Mas um laudo contábil para uso interno da empresa avalia a mesma madeira em R\$11,8 milhões. Essa diferença levou o coordenador-geral Agrário do Incra, Carlos Valadares, a recomendar a anulação do negócio dois meses depois do anúncio da compra. “Trata-se de suspeita de crime, seja de sonegação fiscal, seja de declaração falsa”, afirma em

relatório anexado ao processo administrativo de aquisição.

Um terceiro laudo, independente, feito pela Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal, estima em R\$11,4 milhões o valor da madeira. Também causa estranheza o fato de 74% da área ser de preservação ambiental, impedindo sua efetiva utilização para fins de reforma agrária. São hectares e mais hectares de Mata Atlântica e áreas de reflorestamento.

A compra impressionou o MP também pela rapidez das negociações. No dia 13 de outubro, a ARAUPEL apresentou a propaganda de venda da fazenda por R\$ 143 milhões. Oito dias depois, Rossetto, o Governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), e o presidente do INCRA, Rolf Hackbart, anunciaram a compra por R\$ 132 milhões. Pelo acerto, o governo federal pagaria os R\$ 69 milhões das benfeitorias em dinheiro, enquanto a terra em si - avaliada em R\$ 63 milhões - seria quitada com Títulos da Dívida Agrária. A aprovação do negócio foi registrada em ata. Apesar de a compra ainda não ter sido sacramentada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário reserva R\$ 70 milhões para o negócio na rubrica “restos a pagar” de seu orçamento.

Como se ainda fosse pouco, há também uma penca de laudos técnicos condenando a viabilidade da compra. Num parecer de 5 de novembro, dez engenheiros agrônomos do INCRA criticaram a falta de estudos que mostrem como será possível assentar 1.500 famílias de forma sustentável no imóvel. Os dez técnicos afirmam também que não faz sentido a compra de terras com mata nativa e áreas de reflorestamento. “Citamos ainda os projetos de assentamento ‘Marcos Freire’ e ‘Irene Alves’, criados em área contígua e com cobertura florestal idêntica à do imóvel em análise, e que atualmente são exemplos negativos de uma reforma agrária feita sem critérios técnicos e administrativos, em que ainda se cometem gravíssimos delitos ambientais, sendo o INCRA penalizado com vultosas multas”, comparam.

Os assentamentos a que os técnicos se referem foram inaugurados em 1997 e 1999. Fruto de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam uma área de 26 mil hectares, onde vivem hoje 1.500 famílias. Entre 1997 e 2000, cerca de 16 mil hectares de Mata Atlântica foram devastados nos assentamentos. A organização não-governamental SOS Mata Atlântica estima que tenha sido o maior desmatamento desse tipo de vegetação nos anos 90. Como não é cadastrado na Receita Federal, o MST não tem como ser responsabilizado pelos danos e obrigado a pagar as multas ambientais que somam R\$3 milhões.

O projeto de assentamento da Fazenda ARAUPEL foi anunciado como algo inovador ao prever a gestão compartilhada entre o INCRA, os governos estadual e municipal e as famílias beneficiadas. Todos os futuros assentamentos já vivem na fazenda desde 1999. Há dois anos, a Justiça determinou a retirada das famílias. Como o Governo do Paraná descumpriu a decisão seguidas

vezes, o STJ decretou intervenção federal no Estado em julho de 2003. A decisão foi ignorada pelo Palácio do Planalto, que quer fazer do maior assentamento do país o modelo do governo Lula.

O diretor-executivo do INCRA, Roberto Kiel, informou que o preço da fazenda está sendo reavaliado. Afirma também que agora a Procuradoria Jurídica do órgão aprofundou a pesquisa dos títulos de propriedade da fazenda. “Teremos um resultado ainda neste mês”, prevê. O diretor administrativo da ARAUPEL, Luiz Roberto Ceron, discorda do parecer da AGU: “Temos o título de propriedade, que é o que importa”, afirma. Segundo Ceron, a empresa só está disposta a vender parte da fazenda em razão das seguidas invasões do MST na área.

Desde 1995, o movimento tem invadido sistematicamente a fazenda de Quedas do Iguaçu e causado prejuízos com a exploração da área e furtos de produtos produzidos pela empresa, como sacas de soja. O MST afirma que a fazenda é improdutiva.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 031/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Designar os servidores ELIANE MARIA DE ASSIS CORRÊA, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI JÚNIOR e PAULO CESAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, para, sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Licitação, de acordo com o artigo nº 51, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93, no período de 14 de maio de 2004 a 14 de maio de 2005.

(Prot. nº 2883/2004)

Gabinete da Diretora Geral, em 11.05.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 32/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de trinta (30) dias, a partir de 05 de maio de 2004, término 05 de junho de 2004, CID.10 F.32.9.

(Prot. nº 3103/2004)

Gabinete da Diretora Geral, em 11.05.2004.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral